



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO**

**JORNALISMO LITERÁRIO: Um mapeamento de seu espaço nas
escolas de Jornalismo.**

**Ana Paula de Toledo
Orientador: Prof.º Ernane Corrêa Rabelo**

**VIÇOSA
Dezembro de 2007**

ANA PAULA DE TOLEDO

**JORNALISMO LITERÁRIO: Um mapeamento de seu espaço nas
escolas de Jornalismo.**

Monografia apresentada como requisito para a
obtenção do título de bacharel em Comunicação
Social - Jornalismo, sob a orientação do Prof.º
Ernane Corrêa Rabelo

VIÇOSA
Dezembro de 2007

**JORNALISMO LITERÁRIO: Um mapeamento de seu espaço nas escolas de
Jornalismo.**

ANA PAULA DE TOLEDO

BANCA EXAMINADORA

Ernane Corrêa Rabelo

Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo
Professor na Universidade Federal de Viçosa

Luciana Beatriz Bastos Ávila

Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Professora na Universidade Federal de Viçosa

Marcelo Freitas

Graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais
Professor na Faculdade Estácio de Sá

*À Suely e Elza.
Sem vocês talvez viver fosse possível,
mas jamais faria sentido.*

Agradecimentos

Chegamos ao fim. Hora de colocar as roupas na mala, as coisas em caixas, os momentos felizes e as pessoas no coração e ir embora. Os sonhos, esses continuam indo alguns passos adiante, perto o suficiente para nunca serem perdidos de vista.

Para dizer adeus agora é preciso olhar pra trás, para esses quatro anos de Viçosa e agradecer:

Primeiro a Deus, por ter me dado, além da luz de cada dia e do sopro da vida, perseverança, coragem e paciência. Sem esses três elementos chegar até aqui não teria sido possível.

À minha mãe querida, Suely, por nunca ter desistido de mim, pelo amor incondicional, pela tranquilidade nos meus momentos de desespero e por nunca ter deixado de acreditar na minha capacidade de seguir em frente, sempre me lembrando disso quando eu teimo em esquecer.

À minha vózinha, D. Elza, por ter ajudado na minha formação, pelos conselhos que fazem falta e principalmente pela alegria sincera toda vez que eu volto pra casa.

À tia Eliana, minha eterna professora, por ter me ensinado que às vezes um passo pra trás nos impulsiona pra frente, por me apoiar quando os desvios de caminho foram necessários, nunca me permitindo sentir vergonha disso e pelo amor discreto, mas sempre intenso.

Ao tio Celso, por ter sido sempre mais que tio, por cuidar de todas as minhas doenças do corpo e da alma, pelo apoio e amor incondicional e por orgulhar-se tanto dessa menina errada.

Ao Eduardo, Felipe e Marina por terem sido sempre os irmãos amorosos que a mamãe esqueceu de me dar.

À família Toledo, errada mas muito amada, pelo apoio e crença sempre gigantescos.

À Camila e à Hérica, por serem as melhores irmãs de alma que eu um dia sonhei em ter.

À UFV e à Viçosa pelos momentos incríveis e inesquecíveis que eu vivi nesses quatro anos e que simplesmente não teriam acontecido se não existissem vocês.

Às Sholoras Natália e Karine, à Laryssa, Silvana e Michelle e Catapultas Rafael, Thiago, Pepão e Sinais que me acolheram com tanto carinho e me tornaram parte da família Natalino Pena.

À turma de Comunicação Social – Jornalismo de 2004, conhecida como COM 2004 mesmo, por serem sempre os melhores caras do mundo e por terem superado todas as minhas expectativas.

Aos Coalas pelo carinho sempre tão intenso.

À Camila, Dayana, Luiza, Monique e Viviane por terem dado um sabor de cereja para minha vida.

Aos amigos por sempre estarem presentes de maneira tão intensa, mesmo quando estavam a mais de 500 km de distância.

Aos amores, às vezes pequenos, às vezes grandes, por sempre terem me distraído.

Aos professores. Alguns pelo carinho e cuidado com o nosso aprendizado, outros pelo descaso com a formação dos futuros colegas de profissão. Mas a todos pelo exemplo.

À Silvana, por ter feito mais que correções, por ter tornado esse trabalho mais meu.

Ao Prof. Ernane, não só pela orientação, mas pelo apoio, pelos conselhos e pelos elogios.

Principalmente por ter despertado em mim a paixão pelo Jornalismo Literário.

A todos os Coordenadores e Secretários(as) de Graduação que atenderam tão solícitamente ao meu pedido.

A todos vocês que fizeram essa minha vida ter sentido. Que me tornaram um ser humano melhor. Que me fizeram rir, suspirar, gritar, pular, correr, dançar. Que me possibilitaram viver dias mágicos e noites surreais. Que estiveram do meu lado nos momentos em que eu achei que não fosse conseguir. Que fizeram com que as coisas mais simples ganhassem um significado todo especial. Que me fizeram amar mais que tudo. E que agora fazem com que essa partida seja tão dolorosa. Muito obrigada!

*De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que estamos sempre a começar,
a certeza de que é preciso continuar,
e a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar.*

*Portanto, devemos:
fazer da interrupção um caminho novo,
da queda, um passo de dança,
do medo, uma escada,
do sonho, uma ponte,
da procura, um encontro.*

Fernando Sabino

Resumo

Esse estudo apresenta o Jornalismo Literário como uma das possibilidades existentes para superar a crise de paradigmas por que passa o Jornalismo contemporâneo com o surgimento das novas mídias. No entanto, não deve ser apenas praticado nas redações. Sua presença nas Instituições de Ensino Superior é vital. As Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação e suas Habilitações proporcionaram liberdade às Instituições para formularem seus projetos pedagógicos e matrizes curriculares de maneira a atender às especificidades de cada região do país. O objetivo desse estudo foi mapear o espaço do Jornalismo Literário nas Instituições de ensino no Brasil, analisando, em um primeiro momento, as matrizes curriculares existentes nos sites das instituições que oferecem o curso de Jornalismo e, no segundo momento, diretamente com os coordenadores de curso, no intuito de descobrir de que maneira essa especialização do Jornalismo é oferecida aos estudantes. Os dados confirmaram a existência do Jornalismo Literário dentro das Instituições de Ensino, oferecido de maneira diferente em cada escola de Jornalismo, explicitando a flexibilidade das grades curriculares proporcionada às Instituições pelas Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação e suas Habilitações.

Palavras-chave: Jornalismo, Literatura, Jornalismo Literário e Ensino.

Lista de siglas de instituições que oferecem o curso de Jornalismo citadas

ALFA - Faculdade Alves Faria (Goiânia - GO)
BOM JESUS/IELUSC - Associação Educacional Luterano (Joinville - SC)
UNIFRA - Centro Universitário Franciscano (Santa Maria - RS)
CESPAR - Faculdade Maringá (Maringá - PR)
CESUMAR - Centro Universitário de Maringá - Ceumar (Maringá-PR)
CEULJI/ULBRA - Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (Ji-Paraná-RO)
ESEEI - Escola Superior de Estudos Empresariais e Informática (Curitiba - PR)
FA7 - Faculdade Sete de Setembro (Fortaleza - CE)
Facamp - Faculdade de Ciências Econômicas (Campinas - SP)
FACCAMP - Faculdade Campo Limpo Paulista (Campo Limpo Paulista - SP)
FACHA - Faculdades Integradas Hélio Alonso (Rio de Janeiro - RJ)
FACINTER - Faculdade Internacional de Curitiba (Curitiba - PR)
FACNOPAR - Faculdade do Norte Novo de Apucarana (Apucarana - PR)
FACOMP - Faculdade de Comunicação Social de Passos (Passos - MG)
FADOM - Faculdades Integradas do Oeste de Minas (Divinópolis - MG)
FAO - Faculdade Opet (Curitiba - PR)
FAPEPE - Faculdade de Presidente Prudente (Presidente Prudente - SP)
FASAM - Faculdade Sul-Americana (Goiânia - GO)
FASB - Faculdade São Francisco de Barreiras (Barreiras - BA)
FASUL - Faculdade Sul Brasil (Toledo - PR)
FCSH - Faculdade de Comunicação Social de Hortolândia (Hortolândia - SP)
FESSC - Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina (São José - SC)
FIBAM - Faculdades Integradas Barros Melo (Olinda - PE)
FIC - Faculdade Integrada do Ceará (Fortaleza - CE)
FIFE - Faculdades Integradas de Fernandópolis (Fernandópolis - SP)
FJA - Faculdade Jorge Amado (Salvador - BA)
FPAS - Faculdade Pitágoras de Administração Superior (Belo Horizonte - MG)
FUMEC - Universidade Fumec (Belo Horizonte - MG)
IBES - Instituto Blumenauense de Ensino Superior (Blumenau - SC)
IESRSA - Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (Picos - PI)
IMESB - Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi (Bebedouro - SP)
INESP - Instituto de Ensino Superior e Pesquisa (Divinópolis - MG)
MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo - SP)
PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de MG (Belo Horizonte - MG)
PUC - Campinas - Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Campinas - SP)
PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba - PR)
PUCRJ - Pontifícia Universidade Católica do RJ (Rio de Janeiro - RJ)
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre - RS)
SEAMA - Faculdade SEAMA (Macapá - AP)
UCAM - Universidade Cândido Mendes (Nova Friburgo - RJ)
UCDB - Universidade Católica Dom Bosco (Campo Grande - MS)
UCG - Universidade Católica de Goiás (Goiânia - GO)
UCS - Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul -RS)
UEL - Universidade Estadual de Londrina (Londrina - PR)
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa (Ponta Grossa - PR)
UFAC - Universidade Federal do Acre (Rio Branco - AC)
UFBA - Universidade Federal da Bahia (Salvador - BA)

UFC - Universidade Federal do Ceará (Fortaleza - CE)
UFG - Universidade Federal de Goiás (Goiânia - GO)
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco (Recife - PE)
UFS - Universidade Federal do Sergipe (São Cristóvão - SE)
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis - SC)
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria - RS)
UFV - Universidade Federal de Viçosa (Viçosa - MG)
UMC - Universidade de Mogi das Cruzes (Mogi das Cruzes - SP)
UNESP - Universidade Metodista de São Paulo (São Bernardo do Campo - SP)
UMP - Faculdade Metropolitana Londrinense (Londrina - PR)
UnB - Universidade de Brasília (Brasília - DF)
UnC - Universidade do Contestado (Concórdia - SC)
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso (Alto Araguaia - MT)
UNESA - Universidade Estácio de Sá (Nova Friburgo - RJ)
UNESA - Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro - RJ)
UNG - Universidade Guarulhos (Guarulhos - SP)
UNIBRASIL - Faculdades Integradas do Brasil (Curitiba - PR)
UNIC - Universidade de Cuiabá (Cuiabá - MT)
UNICID - Universidade Cidade de São Paulo (São Paulo - SP)
UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul (São Paulo - SP)
UNIEURO - Centro Universitário Euro-Americano (Brasília - DF)
UNIFAE - Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - Fae (São João da Boa Vista - SP)
UniFIAM-FAAM - Fiam-Faam - Centro Universitário (São Paulo - SP)
UNIFIEO - Centro Universitário Fieo (Osasco - SP)
UniFOA - Centro Universitário de Volta Redonda (Volta Redonda - RJ)
UNIFRAN - Universidade de Franca (Franca - SP)
UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados (Dourados - MS)
UNIMONTE - Centro Universitário Monte Serrat (Santos - SP)
UNIP - Universidade Paulista (São Paulo - SP)
UNIPAR - Universidade Paranaense (Cascavel - PR)
UNIRON - Faculdade Interamericana de Porto Velho (Porto Velho - RO)
UNISANTA - Universidade Santa Cecília (Santos - SP)
UNISANT'ANNA - Centro Universitário Sant'Anna (São Paulo - SP)
UNISANTOS - Universidade Católica de Santos (Santos - SP)
UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul (Santa Cruz do Sul - RS)
UNIS-MG - Centro Universitário do Sul de Minas (Varginha - MG)
UNIT - Universidade Tiradentes (Aracajú - SE)
UNITAU - Universidade de Taubaté (Taubaté - SP)
UNITRI - Centro Universitário do Triângulo (Uberlândia - MG)
UNIUBE - Universidade de Uberaba (Uberaba - MG)
UNIUV - Centro Universitário de União da Vitória (União da Vitória - PR)
UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí (Itajaí - SC)
UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba (São José dos Campos - SP)
UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista (Presidente Prudente - SP)
UnP - Universidade Potiguar (Natal - RN)
UPF - Universidade de Passo Fundo (Passo Fundo - RS)
USJT - Universidade São Judas Tadeu (São Paulo - SP)
USP - Universidade de São Paulo (São Paulo - SP)
UTP - Universidade Tuiuti do Paraná (Curitiba - PR)

Sumário

1. Introdução.....	11
1.1. Metodologia.....	12
2. O Ensino em Comunicação.....	14
2.1. O Surgimento das Escolas de Jornalismo.....	14
2.2. Mudanças Legais – O Currículo Mínimo.....	16
2.3. A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a Autonomia Curricular	17
2.4. A Busca por Novas Diretrizes Curriculares.....	18
2.5. O Profissional de Comunicação/Jornalismo.....	20
3. Jornalismo e Literatura: suas relações para a construção do Jornalismo Literário.....	23
3.1. Literatura.....	23
3.2. Jornalismo.....	24
3.3. A relação entre o Jornalismo e a Literatura.....	27
3.4. Jornalismo Literário.....	28
4. Pesquisa no Sites.....	32
5. Pesquisa com Coordenadores de Curso.....	37
6. Conclusão.....	44
Referências Bibliográficas.....	46
Apêndices.....	51
Apêndice A.....	52
Apêndice B.....	54
Apêndice C.....	56
Anexos.....	60
Anexo A.....	61
Anexo B.....	65

1. Introdução

O presente estudo tenciona identificar e discutir o espaço destinado ao Jornalismo Literário (JL) dentro das grades curriculares do curso de Comunicação Social – Jornalismo, além de revelar alternativas existentes nos projetos pedagógicos das Instituições de Ensino para suprir a carência percebida na grade curricular.

Existem divergências a respeito do surgimento do JL. Alguns autores acreditam que nasceu da convergência entre o Jornalismo e a Literatura, quando escritores assumiram funções importantes nos jornais no século XIX, como afirma Martinez (2007, p.1). Seria então, neste momento, que a primeira ponte entre o real e a ficção teria sido feita, com a inserção de folhetins dentro dos periódicos. Para Lima (1969, p. 9-10), o Jornalismo ascende ao status de gênero literário com o surgimento do Rádio entre o fim do século XIX e o início do XX, e da Televisão no século XX.

Mas as narrativas da vida real começam a ganhar espaço apenas em meados dos anos 40, quando foi publicada, nos EUA, uma reportagem sobre a bomba de Hiroshima, vista sob a ótica de seis sobreviventes. A matéria, escrita por John Hersey, ganhou todo o espaço da edição da revista *The New Yorker*, mas foi na década de 60 que o JL consolidou suas características atuais, com o advento do *New Journalism*, conquistando espaço, principalmente, em revistas e livros-reportagens.

No Brasil, a obra não-ficcional de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, foi publicada em livro nos primeiros anos do século XX. Fruto das reportagens enviadas pelo jornalista para O Estado de S. Paulo, a obra marca a intensificação do uso de técnicas narrativas no Jornalismo. No entanto, é a obra de João do Rio que, segundo Bulhões (2007, p. 104), “compõe o mais importante registro do contexto de transformações do início do século XX no Brasil”.

Passos e Orlandini (2007, p. 3) afirmam que “apesar de praticado de forma esparsa anteriormente [...], o JL ganhou força no Brasil em 1966, com a criação da revista *Realidade*, pela Editora Abril, e do *Jornal da Tarde*, diário do vespertino do Grupo Estado.” Para Lima (2004, p.225) a revista foi a “nossa mais revolucionária resposta jornalística e de maior sucesso popular [...]”. Segundo o autor, suas principais características eram: a universalidade temática ampliada, a transformação da atualidade em contemporaneidade, o avanço em documentação, a captação cálida do real, o texto literário e a riqueza ilustrativa.

Nos últimos anos, o JL tem ganhado cada vez mais espaço. Em dezembro de 2005, por meio da iniciativa dos jornalistas e professores Edvaldo Pereira Lima, Celso Falaschi, Sergio Vilas Boas e Rodrigo Stucchi, também criadores do site Texto Vivo – Narrativas da Realidade, foi fundada a Academia Brasileira de Jornalismo Literário (ABJL). A ABJL promove, hoje, um curso de pós-graduação *latu senso* em JL. Outro fato importante foi a publicação das revistas Piauí (2006) e Brasileiros (2007), que almejam, através de grandes reportagens, alcançar o sucesso e excelência.

Embora se apresente um cenário de intensas inovações e realizações no campo do JL, ainda existem estudantes de graduação e profissionais que confundem o JL com o fazer Jornalismo sobre Literatura. O desconhecimento pode ser debitado também à escassez bibliográfica e de pesquisas sobre o campo.

Indagamos em que medida a flexibilização curricular possibilitou a oferta do conteúdo de JL para a formação do egresso em Jornalismo. Esse estudo se justifica pela necessidade de conhecimento do espaço do JL nas grades curriculares do curso de Jornalismo no Brasil, devido à importância dessa especialização para a construção de um Jornalismo mais humanizado e socialmente inclusivo.

Para atender os objetivos, realizamos um mapeamento do espaço¹ do JL dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, uma vez que existe uma flexibilidade para organizar a estrutura curricular do curso de Comunicação Social, desde que respeitem as exigências do Parecer CNE/CES 492, de 03 de abril de 2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas Habilitações.

1.1. Metodologia

Em um primeiro momento foi realizado o levantamento e revisão bibliográfica do assunto, utilizando-se para isso livros e artigos encontrados na página de pesquisa da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). O estudo foi transversal e auxiliou a traçar um esboço da atual situação do JL dentro das Instituições de Ensino.

No desenvolvimento da primeira fase da pesquisa foram acessados os sites de 291 Instituições de Ensino², responsáveis pelos 346 cursos cadastrados no site da Secretaria de

¹ Como sinônimo de volume, proporção, carga horária.

² Acessadas entre os dias 9 de setembro de 2007 e 9 de outubro de 2007

Educação Superior (SESu) e procuradas as matrizes curriculares e ementários apresentados na página do curso, tendo sido localizadas as ementas de 232 Instituições.

Em um segundo momento foi realizada a coleta de dados fornecidos pelos coordenadores dos cursos de Comunicação Social habilitação Jornalismo no Brasil, por meio de respostas a um questionário semi-estruturado, enviado por e-mail para 219 coordenadores, cujos endereços eletrônicos foram localizados nos sites das IES ou fornecidos pela Secretaria de Graduação de suas instituições, tendo sido obtidas 65 respostas. O tipo de amostragem foi não-probabilística por conveniência, pois esperou-se a resposta voluntária dos destinatários.

A opção pela aplicação dos questionários por e-mail deveu-se à flexibilidade, quantidade de dados coletados, rapidez na coleta e taxa de resposta, que costuma ser alta nesse veículo, tornando a pesquisa viável apesar das barreiras geográficas. Deste modo, estávamos certos de que receberíamos respostas de todo o Brasil.

O questionário possui cinco perguntas, e, por meio delas, foi investigada a existência de disciplinas que abordem o JL, o nome que a matéria recebe na instituição pesquisada, o percentual da carga horária destinado ao ensino do JL, bem como o ano de oferecimento (Apêndice B). Foi inquirido também o porquê de não existir o ensino do JL nas Instituições que responderam “não” à primeira questão. Por último, foi indagado sobre o desenvolvimento de atividades extracurriculares, como grupos de pesquisa, e trabalhos ou projetos de extensão, que utilizam o JL.

Os dados obtidos foram ordenados e tabulados por meio de análise quantitativa. A partir dessa tabulação, foi possível realizar uma análise qualitativa, utilizando-se a bibliografia encontrada sobre o ensino em Comunicação.

2. O Ensino em Comunicação

Desde seu surgimento, no início do século XX o ensino de Jornalismo passou por várias modificações. Tornou-se Comunicação Social quando foi instituído o ensino de outras habilitações vinculadas a uma área comum. Sofreu diversas mudanças legais, foi de um Currículo Mínimo – transitando por um vazio legal com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996 – até chegar à liberdade proporcionada pelas Diretrizes Curriculares de 2001.

Traçaremos nesse capítulo um panorama dessas modificações, desde o surgimento do ensino superior de Jornalismo até aprovação das Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas Habilitações, abordando também o perfil do egresso e as necessárias preocupações com a formação dos futuros jornalistas.

2.1. O surgimento das escolas de Jornalismo

No século XIX, com o advento da Segunda Revolução Industrial e a mudança das relações de poder, os meios de comunicação se tornaram mais importantes no cenário dos centros urbanos. Surgiram jornais com grandes tiragens e percebeu-se a necessidade da criação de escolas que preparassem melhor os jornalistas. As primeiras tentativas de sistematizar o ensino do ofício do Jornalismo tiveram início na Europa, principalmente na Inglaterra, Suíça, Alemanha. No entanto, o ensino de Jornalismo só pôde ser implementado devido ao esforço de universidades americanas.

Em 1869, surgiu nos Estados Unidos a primeira proposta de um curso superior de Jornalismo, no Washington College. Porém, devido à falta de apoio da imprensa, a idéia não saiu do papel. Mas, de fato, o primeiro curso de Jornalismo só começou a funcionar 39 anos depois, no dia 14 de setembro de 1908, na Missouri University. Em 1912, foi a vez da Universidade de Colúmbia, de Nova York, iniciar seu curso, financiado pelo patrono da escola, o jornalista Joseph Pulitzer (NUZZI, 1992, p. 20).

No Brasil, o processo de implantação dos cursos de Jornalismo foi diferente. A iniciativa veio da imprensa, já que na época não existiam universidades no país. Com a criação da Associação Brasileira de Imprensa, em 07 de abril de 1908, a necessidade de

implementação de cursos que garantissem a boa formação dos profissionais da área se transformou em uma meta.

Em 1911 foi elaborado um projeto com essa finalidade, mas só em 1936/1937 é que foram colocados em prática, na cátedra de Jornalismo da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Porém a experiência teve vida curta, já que a Universidade foi extinta após o golpe do Estado Novo, em 1937.

Em 1943, o Jornalismo passou por mudanças no país. As reformas nos jornais começaram pelo Diário Carioca que incorporou as técnicas norte-americanas de redação e as inovações da linguagem literária que tiveram início com o modernismo. Em 1945, com declínio do Estado Novo, que possibilitou uma abertura democrática, o Jornalismo viu-se inserido em um contexto de fim de censura e da adoção de novas técnicas redacionais que não eram dominadas pelos profissionais da imprensa. Tornou-se ainda mais necessária a criação de escolas que possibilitassem a esses profissionais o domínio sobre as técnicas utilizadas nos jornais.

Após a publicação do decreto nº 22.245, em 6 de dezembro de 1946, que regulamentava o decreto-lei nº 5.480 – instituindo o curso de Jornalismo no sistema de Ensino Superior no país – é que foram criadas condições legais para o seu funcionamento. No entanto, a instituição e funcionamento do curso de Jornalismo não couberam à Faculdade Nacional de Filosofia, conforme previa o decreto-lei nº 5.480, sendo o primeiro curso a realmente funcionar no país o da Fundação Cásper Líbero.

O jornalista Cásper Líbero havia disposto em seu testamento que todos os seus bens e empresas, rádio, revista e jornais deveriam constituir o patrimônio de sua Fundação, cujo objetivo principal era a criação de um curso superior de Jornalismo.

Para viabilizá-lo – conforme mandava a lei – a Fundação Cásper Líbero fez convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e, dessa forma, com uma sessão solene que marcou época, começou a funcionar, aos 16 de maio de 1947, o curso de Jornalismo Cásper Líbero, como parte integrante da Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de São Bento, da PUC/São Paulo. (NUZZI, 1992, p. 24)

Na primeira grade curricular existia uma forte presença da Literatura, já que nos três anos do curso as disciplinas Português e Literatura eram obrigatórias. Sua estrutura ficou organizada da seguinte forma:

- **1º Ano**

Português e Literatura
Francês ou Inglês
Geografia Humana
História da Civilização
Ética
História e Legislação de Imprensa
Técnica de Jornalismo

▪ **2º Ano**

Português e Literatura
Sociologia
Política
História do Brasil
História da Imprensa
Técnica de Jornalismo

▪ **3º Ano**

Português e Literatura
Psicologia Social
Economia Política
Noções de Direito
Organização e Administração de Jornal
Técnica de Jornalismo

2.2. Mudanças Legais – O Currículo Mínimo

Em cerca de uma década, nove outros cursos de Jornalismo passaram a funcionar no Brasil. Entretanto, só em 1962, por meio do decreto nº 51.218, publicado em 22 de agosto de 1961, foi regulamentado o primeiro currículo, ficando a cargo do Ministro da Educação e Cultura a organização de programas das matérias exigidas em um primeiro currículo mínimo.

Em 1969, entrou em vigor a resolução nº 11 do Conselho Federal de Educação, que transformou o curso de Jornalismo em Comunicação Social, instituindo cinco diferentes habilitações: Jornalismo especializado, Jornalismo polivalente, publicidade e propaganda, relações públicas e editoração. Foi incluído, ainda, um currículo mínimo com nove disciplinas obrigatórias, das quais três não eram de conteúdo especializado, além de duas disciplinas optativas.

Tal currículo não chegou a emplacar oito anos. Em maio de 1977, o Conselho Federal de Educação o substituiu por outro. Desta vez, as áreas de conhecimento são definidas: matérias de fundamentação geral humanística, matérias de fundamentação específica e matérias de natureza profissional. (FILHO, 1992, p. 99)

Sendo assim, em 1978 o Conselho Federal de Educação aprovou o parecer nº 1.203/77, transformando-o no parecer nº 2/78. Às habilitações de Jornalismo, relações públicas, e publicidade e propaganda, foram acrescidas rádio e televisão e cinema. As matérias foram divididas em fundamentação geral humanística, fundamentação específica e natureza profissional.

Esse parecer vigorou por seis anos, quando foi aprovada a resolução nº 2/84, de 24 de janeiro de 1984, fixando o currículo mínimo constituído por um tronco comum formado por seis matérias obrigatórias, e uma parte específica, que continha disciplinas obrigatórias para cada habilitação. Segundo Oliveira (1992, p. 184) “O exagero de normatização no currículo mínimo – obrigatoriedade de ementas e disciplinas, carga horária de tronco comum e específica, entendida como profissionalizante – reduziu a liberdade de criação de cursos [...]”

Em 1996 foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, que tramitava desde a promulgação da Constituição de 1988, e que vigora até hoje.

2.3. A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a Autonomia Curricular

A LDB, no Capítulo IV do Título V (Anexo A) que trata da Educação Superior, estabelece os níveis e modalidades de ensino, aponta como finalidade da Educação Superior, entre outras, estimular o pensamento reflexivo, além de incitar o conhecimento dos problemas do mundo contemporâneo e a prestação de serviços especializados à comunidade, estabelecendo com ela uma relação de reciprocidade.

A nova lei também acabou com os currículos mínimos que vigoravam no país, baseados nas resoluções do antigo Conselho Federal de Educação. Faro (2003, p.139) afirma que a nova LDB estabeleceu a idéia de que o ensino superior deveria nortear-se por um conjunto de normas gerais que garantissem às Instituições de Ensino Superior liberdade para formular seus projetos pedagógicos e suas diretrizes curriculares, se adequando melhor a formação de seus futuros profissionais às exigências do mercado em profunda mutação. O que pode ser percebido no artigo 53, que trata das atribuições asseguradas às Universidades.

Faro (2003, p. 139-140) afirma que a aprovação da LDB resultou em um vazio legal que atingiu o ensino universitário brasileiro, pois em um dado momento os cursos não eram mais obrigados a pautarem sua estrutura curricular pelas normas rígidas do currículo mínimo, nem por qualquer outra norma. Nesse período, que foi de 1997 até 2001, foram aprovadas as

novas Diretrizes Curriculares para a Área de Comunicação Social e suas Habilitações, proporcionando assim, um primeiro teste para o exercício da autonomia curricular.

A LDB possibilitou às universidades a liberdade para criar, organizar e extinguir cursos, além de fixar os currículos dos cursos e programas, desde que fossem respeitadas as Diretrizes Curriculares; estabelecer planos, programas, atividades de extensão, projetos de pesquisa científica e produção artística, entre outras atribuições.

Oliveira (1992, p. 184) afirma que mesmo não havendo preocupação de alguns cursos com a construção de seu projeto pedagógico, a autonomia curricular é extremamente importante. Segundo ela, é uma maneira de os cursos se enquadrarem às novas exigências do comunicador, já que hoje o mercado de trabalho exige profissionais que dominem não somente as técnicas específicas, mas que também tenham uma visão global dos processos comunicacionais.

2.4. A Busca por Novas Diretrizes Curriculares

Em 1997, a Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC convocou as comunidades universitárias, por meio de um edital em que fornecia os indicadores básicos para que as propostas das Diretrizes Curriculares fossem formuladas. Sobre esse assunto, Faro (2003, p. 140) afirma que a discussão, na área de Comunicação, abarcou muitas propostas de diversas procedências. As discussões foram fomentadas por Instituições de Ensino, associações representantes da própria área de Comunicação, entidades acadêmicas e/ou profissionais, entidades de natureza corporativa e sindical e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos).

De qualquer forma, de todos esses diferentes graus de acumulação do debate em torno das questões do ensino de graduação, tudo indica que o projeto mais amadurecido era aquele que vinha sendo defendido pela Federação dos Jornalistas (FENAJ) juntamente com os sindicatos estaduais da categoria e que ganhou corpo com a criação, em 1998, de uma comissão específica para a elaboração do Exame Nacional de Cursos de Jornalismo. (FARO, 2003, p. 141)

Em abril de 1999, foi realizado em Campinas o Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, promovido pelo Curso de Jornalismo da PUC de Campinas, pela FENAJ, pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, pelo Observatório da Imprensa e pelo Grupo de Trabalho de Jornalismo da Intercom. No evento,

foi apresentada uma proposta de Diretrizes Curriculares da área de Comunicação e Habilidades Específicas.

Segundo essa proposta, o egresso em Jornalismo, como uma das premissas do perfil específico da habilitação em Jornalismo,

deve perceber que, mesmo sem desfrutar o mesmo grau de liberdade de linguagem própria da arte, o Jornalismo, ao adotar um criativo procedimento de seleção, hierarquização e apresentação dos fatos sociais, pode gerar percepções e interpretações aprofundadas e inovadoras da realidade que sejam, igualmente, capazes de qualificar o senso comum, enriquecendo o universo cultural dos indivíduos. (FENAJ, 1999, p. 7)

Além de possuir, como competências e habilidades comuns, “capacidade de experimentação e inovação no uso das linguagens da área” (FENAJ, 1999, p. 7), e como específicas, a “capacidade de experimentação e inovação no uso das linguagens da área”, de “ser humilde diante da realidade e exigente na busca da verdade, com postura ética e compromisso com a cidadania” e o “domínio da língua portuguesa e das estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo-se leitura, compreensão, interpretação e redação” (FENAJ, 1999, p. 8)

A proposta afirma, também, que o conteúdo básico do curso:

Deve possibilitar a pesquisa e a experimentação de inovações das linguagens, técnicas e tecnologias, visando a formação de um profissional versátil e em sintonia com as tendências de acelerada mutabilidade dos sistemas e práticas de comunicação e suas habilitações na contemporaneidade. (FENAJ, 1999, p. 9)

No entanto, a versão final das Diretrizes Curriculares encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) “[...] acabou se transformando no produto de um consenso bastante delicado, já que várias das reivindicações provenientes das demandas do Jornalismo foram incorporadas ao texto [...]” (FARO, 2003, p. 142-143).

As Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social (Anexo B), definidas em 1999, só foram aprovadas em abril de 2001, no parecer CNE/CES 492/2001, que estabeleceu também as Diretrizes para os cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. As Diretrizes foram instituídas pela Resolução CNE/CES 16, de 13 de Março de 2002.

Segundo esse parecer, as Diretrizes para a Área de Comunicação Social foram elaboradas buscando flexibilizar a estruturação dos cursos – para atender às circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas, além de ajustar-se ao dinamismo da área – e estabelecer orientações para que a formação oferecida tenha um padrão de qualidade.

O parecer discorre sobre os perfis comum e específico para cada habilitação que o egresso deve possuir, além das competências e habilidades esperadas dos formandos de Comunicação Social e suas habilitações.

No entanto, aquilo que parece ser o eixo em torno do qual as diretrizes se articulam é o item relativo aos “tópicos de estudo”, básicos e específicos. No primeiro caso, as diretrizes apontam para a essência do que caracteriza a formação geral da área e que deve estar previsto na própria estrutura curricular. (FARO, 2003, p. 143-144)

As Diretrizes Curriculares deliberam também sobre os estágios e as atividades complementares, a estrutura geral dos cursos e o acompanhamento e avaliação.

Segundo Caldas (2003, p. 18), nas novas Diretrizes Curriculares a manutenção de um perfil básico explicita a necessidade de uma formação comum. Por outro lado, existe a necessidade de perfis específicos, devido às diferenças e especificidades de cada habilitação, seja no tocante aos meios, linguagens, práticas profissionais e de pesquisa, possibilitando um dinamismo de cada habilitação.

2.5. O Profissional de Comunicação/Jornalismo

Caldas (2003, p. 18) afirma que o profissional de comunicação precisa ser, ao mesmo tempo, um generalista – com formação humanística e especializada – e um tecnicista. Além disso, a autora destaca a importância de uma formação cultural sólida que também atenda às demandas do mercado, o que deve ser sempre o objetivo das escolas de Comunicação.

As Diretrizes Curriculares definem que o egresso em Comunicação caracteriza-se por, entre outras habilidades, refletir a variedade das demandas sociais e profissionais na área, ajustando-se às complexidades e constantes mudanças do mundo contemporâneo.

Atualmente, a formação do profissional de Comunicação passa por mudanças, uma vez que as Instituições de Ensino têm reformulado constantemente seus projetos pedagógicos e currículos. Entretanto, a direção dos cursos de Comunicação deve preocupar-se constantemente com a formação humanística de seus alunos. Segundo Duarte (1992, p. 144)

os cursos de Comunicação revestiram-se das características presentes em outros cursos superiores no país, dando-se mais ênfase à formação de letrados que pretendem escalar os graus do Jornalismo burocrático, do que à formação de cidadãos habilitados a interferir socialmente no real.

De acordo com as Diretrizes Curriculares, os egressos de Comunicação devem assimilar conceitos que permitam a apreensão das teorias que serão usadas nas análises críticas da realidade, saber utilizar as linguagens que são freqüentemente empregadas nos processos de comunicação, experimentando e inovando essas linguagens, dominar o uso da língua nacional e refletir criticamente sobre as práticas profissionais na área de Comunicação.

Brum e Ijuim (2003, p. 31), que tratam do ensino em Jornalismo, chamam a atenção para o desafio de se instituir um currículo que estará em constante processo de reconstrução. No entanto, os autores destacam a necessidade de se atentar para a formação de Jornalistas com olhar humano sobre os acontecimentos, ao afirmarem que as Instituições devem incluir na proposta pedagógica a noção do tipo de Jornalismo que se pretendem, as habilidades e competências que se deseja para os egressos, as teorias e métodos e o papel ético e cultural que se espera da Universidade.

A preocupação com a formação do jornalista deve ser uma constante nas academias, já que a ele cabe não só o papel de relatar os acontecimentos, como também de tecer a realidade, dando voz aos atores sociais, e espaço para os que não encontram lugar nos meios de comunicação. É necessário proporcionar, não só uma formação cultural e técnica sólida, como também promover o desenvolvimento de uma visão aguçada e crítica sobre os fatos sociais e as ações humanas.

Uma questão fundamental, portanto, pode ser a reflexão em torno dessas duas colunas – razão e intuição –, verificando alternativas teóricas, metodológicas e didáticas que possam contribuir para a formação de jornalistas que, além de capazes tecnicamente, tenham a oportunidade de ampliar sua visão de mundo e, sobretudo, desenvolverem a sensibilidade para **observar/perceber** o mundo, **refletir** o mundo – e assim, **expressar** melhor o mundo, de modo que o fruto de sua atividade (expressão) seja consequência da observação acurada, da reflexão profunda, que atribui significados ao momento histórico em que vive. (BRUM e IJUIM, 2003, p. 32, grifo dos autores)

O profissional de Jornalismo não pode adotar uma postura reducionista em relação ao cotidiano, pois seu papel é de instrumento da construção da opinião que leva à transformação social. Sendo assim, esse papel deve estar sempre em pauta dentro das Instituições de Ensino Superior para que os estudantes não se desviem de seu dever ético perante a sociedade.

Este debate pode nos permitir a busca de uma noção de Jornalismo que supere o conceito simplista de 'reproduzir o cotidiano' para alcançar a 'construção de narrativas' que consigam atribuir significados aos fenômenos sociais. (BRUM e IJUIM, 2003, p. 32-33)

Os autores acima afirmam ainda que a observação e reflexão do mundo deve ser compromisso do comunicador. Segundo eles, o profissional de comunicação possui mais do que uma função técnica e seu papel social é importantíssimo.

Os egressos de Comunicação Social – Jornalismo devem, segundo as Diretrizes Curriculares, produzir informações relacionadas ao presente momento, ser objetivos durante a apuração, interpretação, registro e divulgação dos acontecimentos, traduzir e disseminar informações no intuito de qualificar o senso comum, além de exercitar a relação com outras áreas que façam interface com o Jornalismo. Também é importante desenvolver competências e habilidades como a capacidade de apurar fatos, interpretá-los, explicá-los, investigar informações, relacionar-se com diversas fontes de informação, buscar a verdade jornalística, dominar o idioma nacional e as estruturas narrativas e expositivas, além da linguagem jornalística apropriada aos diferentes meios.

Durante a apuração, o jornalista deve utilizar todos os mecanismos que possibilitem a representação da realidade a que se propõem os meios de comunicação.

Se ao comunicador, em seu dia-a-dia, são exigidas as habilidades de observar, refletir e expressar o cotidiano, este tem no desafio técnico a busca do aperfeiçoamento das narrativas e os recursos tecnológicos como meios que podem levar à veracidade e à compreensão dos fenômenos complexos cognitivos e sociais. Pelas técnicas narrativas, cada vez mais aperfeiçoadas, o comunicador desenvolve sua capacidade de expressão e apreensão do discurso do outro. (BRUM e IJUIM, 2003, p. 36)

Variados são os instrumentos utilizados pelos jornalistas para a captura da realidade social, da qual são mais que testemunhas. O problema é que a representação do real geralmente se restringe a fórmulas estruturadas que não condizem com as necessidades e interesses de boa parte do público alvo ao qual se destina.

Uma das maneiras de valorizar o papel do jornalista e aprofundar o relato a que se propõe é humanizar a sua posição, para que ele não seja apenas um mero relator de acontecimentos mas também agente de transformação social. E essa humanização do Jornalismo pode ser percebida no encontro entre Jornalismo e Literatura, o que é conhecido como JL.

3. Jornalismo e Literatura: suas relações para a construção do Jornalismo Literário

Embora os dois campos compartilhem artes e ofícios, tendo o Jornalismo surgido posteriormente à Literatura, os teóricos ainda discutem fronteiras e identidades das áreas. O JL surge da relação entre o Jornalismo e a Literatura. Para entender essa relação, que resulta no JL, um dos objetos de estudo desse trabalho, é preciso uma conceituação sobre Jornalismo e Literatura.

3.1. Literatura

A Literatura é a arte expressa por meio de palavras faladas ou escritas, podendo também ser entendida como transposição do real, onde há o sentido de permanência e durabilidade. O termo provém do latim *litteratura*, derivada do radical *littera* – letra – que significa conhecimento relativo à arte de escrever e ler, gramática, instrução, erudição.

Segundo Silva (1994, p. 5-6) “a simples denominação de Literatura implica em relação com as letras, com a arte de expressão através da linguagem verbal”, ganhando o significado de “específico fenômeno estético e específica forma de produção, de expressão e de comunicação artística”. O autor afirma ainda que Literatura pode significar, além de “*corpus* em geral de textos literários”, o

conjunto da produção literária de um país, [...] conjunto de produções literárias de uma época ou região, [...] conjunto de obras que se particularizam e ganham feição especial, quer pela sua origem, quer pela sua temática ou pela sua intenção, [...] conhecimento sistematizado do fenômeno literário. (SILVA, 1994, p. 7)

Todorov apud Silva (1994, p. 17) afirma que não existe um discurso literário homogêneo, já que podem existir características literárias fora da Literatura, pois “não existe nenhum denominador comum para todas as produções ‘literárias’, a não ser o uso da linguagem”.

Para Lima (1969, p. 23), a Literatura é definida como “toda expressão verbal com ênfase nos meios de expressão”, não excluindo os fins. Como sua natureza é geralmente

oposta à do Jornalismo, no fazer Literário, a linguagem não é meio, e sim, fim, o centro das atenções, estando o verbal destituído de suas funções costumeiras. A razão de ser da Literatura não é exatamente a comunicação. (BULHÕES, 2007, p. 12)

Amora (1964, p. 26) afirma que a “arte literária é, verdadeiramente, a ficção, a criação duma supra realidade com dados profundos, singulares e pessoais da intuição do artista.” Por não possuir compromisso com a veracidade dos fatos nem com a atualidade, atributos caros ao fazer jornalístico, uma obra só passa a existir no momento em que é lida e o texto se atualiza quando o livro é aberto, sendo recriada a realidade, não importando quando o texto foi escrito. (BULHÕES, 2007, p. 17-18)

3.2. Jornalismo

O Jornalismo é um dos responsáveis pela formação da opinião pública e deve exercer seu papel com o máximo de cuidado possível, já que é o instrumento pelo qual as informações se difundem. É seu dever a captação e a reprodução da realidade imediata.

Para Lima (1998, p. 8-10) o Jornalismo pode ser entendido como instrumento pelo qual as pessoas são informadas dos fatos que acontecem no mundo, reproduzindo a realidade concreta e factual. O autor afirma ainda que o Jornalismo em principio comunica os acontecimentos, identificando os agentes da ação social, a localização onde esses fatos acontecem, em que momento e de que maneira esses fatos se dão, se possível explicando também as causas e os desdobramentos futuros.

Bulhões (2007, p. 11), o define como uma atividade que apura os fatos e difunde notícias sobre a atualidade, sendo responsável pela captação e transformação da realidade em algo palpável, fornecendo um testemunho do real.

Já Lima (1969, p. 27) percebe o Jornalismo como Literatura em prosa de apreciação de acontecimentos, ou seja, como arte da palavra marginalizada onde ocorre julgamento dos fatos, afirmando que ele se aproxima da Literatura, por possuir ênfase no estilo, como meio de expressão, e que não se assemelha a nenhum outro gênero, por possuir características próprias. (LIMA, 1969, p. 64)

De acordo com Menezes (1997, p. 18) o Jornalismo significa as formas nas quais e pelas quais a informação se difunde, chegando ao público com exatidão, penetração e rapidez.

Não existe consenso sobre a sua origem, mas a arte de narrar os acontecimentos começa a se delimitar junto com a primeira comunicação humana. Suas características modernas, no entanto, só se tornam visíveis nos séculos XVIII e XIX, quando, segundo Pena

(2006, p. 25), o Jornalismo passa a possuir periodicidade, atualidade, universalidade e publicidade. E também a objetividade³, difundida em todo mundo pelo modelo norte americano na segunda metade do século XX, não havendo espaço para nada que possa ser acessório e decorativo. (BULHÕES, 2007, p. 16)

Para Forechi (2006), a objetividade, assim como a crença na verdade dos fatos, foi uma invenção do Jornalismo contemporâneo. “No início do século 19, com o desenvolvimento da imprensa, o Jornalismo como informação ganhou espaço em detrimento do Jornalismo opinativo ou literário, forma como era praticado”, tendo a objetividade surgido como antídoto para a falta de credibilidade que a imprensa sofria na época. A objetividade e também a imparcialidade⁴, são consideradas mitos do Jornalismo moderno. Isso porque, segundo, não há a “possibilidade de uma pessoa, por mais bem intencionada que seja, dar conta de descrever o que vê de forma inocente”, já que os discursos são produzidos por observadores que estão inseridos na realidade que observam.

Foi a partir da difusão do modelo norte americano pelo mundo que o real passou a ser entendido como um problema complexo, já que seria submetido a variadas interpretações. Passou-se a acreditar que o real factual seria sempre construído por diferentes discursos, nunca sendo puro e intocável. (BULHÕES, 2007, p. 22)

Dessa forma, ficou subentendido que mais de uma fonte deveria ser consultada, procurando principalmente as fontes oficiais que possuem cargos importantes, para que o real fosse reproduzido de maneira mais precisa possível, sendo a notícia o instrumento básico para esse relato.

Além da multiplicidade de fontes, da objetividade e da imparcialidade o Jornalismo tem como características a precisão; a homogeneização da linguagem; a apuração dos fatos buscando isenção; o estilo, que mistura o homem, a coisa, o tema, o gênero, exigindo precisão, clareza, concisão, inteligência e conhecimento. (LIMA, 1969, p. 55); e possui desenho ficcional, já que valoriza o instante em que o leitor toma contato com o texto, como se a cena narrada estivesse acontecendo naquele exato momento. (SATO, 2005, p. 31-32)

Lima (1998, p. 10-11) afirma que existe uma forma de mensagem, cuja abordagem é mais ampla e que busca um redirecionamento da realidade de maneira que ela seja mais

³ **Objetividade:** Qualidade de objetivo. Existência real do que se concebeu no espírito. Tendência de julgar pelos fatos sem deixar-se influenciar por seus sentimentos, prevenções ou predileções. (Dicionário Online Michaelis)

⁴ **Imparcialidade:** Caráter ou qualidade de imparcial. Equidade, justiça, neutralidade, retidão. (Dicionário Online Michaelis)

profunda, chamada reportagem, reproduzindo o real através de uma linguagem que busca um sentido estético, de modo a informar e aprofundar a realidade de uma maneira gostosa e envolvente, que satisfaça um público variado. O autor vai mais longe ao afirmar que “[...] a reportagem tenta, considerando as camadas sobrepostas de condicionamentos que filtram o nosso contato direto com a realidade, reproduzi-la da maneira mais completa possível.”, e diz ainda que a reportagem “é a ampliação do relato simples, raso, para uma dimensão contextual. Em especial, esse patamar de maior amplitude é alcançado quando se pratica a grande-reportagem [...]”. (LIMA, 2004, p. 18)

Para o autor, a grande reportagem é que possibilita ao jornalista o mergulho na realidade, libertando-o dos grilhões impostos pelo *lead* e pela pirâmide invertida.

A grande reportagem possui:

[...] algo a mais do que os secos relatos das notícias objetivas ou dos verbetes enciclopédicos. Ela pode trazer em suas linhas o suor e o sangue com que foi feita. O olhar do repórter pode até procurar a análise objetiva, mas o coração está disparado. As emoções humanas primárias estão nas entrelinhas: o choro, a alegria, a raiva, o riso, o medo, a indignação. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA⁵)

De acordo com Silva (2005, p. 51), o maior problema do Jornalismo é acreditar que deve informar muito, com pouca preocupação com a forma, pois o Jornalismo diz muito com pouquíssima Literatura. Além do preceito, criticado por Lima (1998, p. 22), de que só deve tratar do que é atual, tornando a imprensa frívola e efêmera.

Porém, existem os que, como Lima (1969) acreditam que no texto jornalístico existe espaço para a Literatura, podendo ser considerado gênero Literário, se a palavra não for apenas o seu meio de expressão, mas também seu fim. Segundo Menezes (1997, p. 17), existem certas características do texto jornalístico e a preocupação com o estilo que reforçam a opinião dos que consideram o Jornalismo um gênero Literário, já que, segundo ele, “Literatura é a arte que se exprime por meio da palavra”.

Para Lima (1969, p. 9-10), a evolução dos meios de comunicação possibilitou à imprensa se libertar de suas funções meramente informativas, consolidando o Jornalismo como verdadeiro gênero Literário. No entanto, o surgimento de novas tecnologias, o advento da internet e a redução das barreiras espaciais e temporais têm feito com que o Jornalismo contemporâneo passe por uma profunda crise, principalmente em sua forma impressa.

⁵ Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al150520024.htm>

O Jornalismo Impresso vive uma crise de sua função, já que a internet propicia ao leitor a notícia em tempo real, assim como já acontecia com a televisão; entretanto, a web traz aos usuários possibilidades que não podem ser oferecidas pela televisão. Segundo Palácios (s/d, p. 77-78) o Jornalismo online possui como características a multimídia/convergência⁶, hipertextualidade⁷, interatividade⁸, customização do conteúdo/personalização⁹, instantaneidade/atualização contínua¹⁰ e memória¹¹.

A relação entre o Jornalismo e a Literatura aparece, nesse momento de crise, como uma possibilidade oferecida ao Jornalismo Impresso para conquistar o público que só consome informações através de sites na internet, por meio de um oferecimento diferenciado de informações, viabilizada por uma visão mais humanizada da realidade, presente no JL.

3.3. A relação entre Jornalismo e Literatura

Existem divergências entre os estudiosos sobre as fronteiras que delimitam o Jornalismo e a Literatura, mas todos concordam que elas são muito pequenas, podendo, muitas vezes, nem se constituir em algo concreto. É o que afirma Menezes (1997, p. 19) ao dizer que não existe uma fronteira real entre Jornalismo e Literatura, mesmo que as definições apontem diferenças entre os dois.

Já Ferreira, Pereira e Carvalho (2005, p. 1) acreditam que a fronteira que separa a Literatura e o Jornalismo é movediça e que os discursos mesclam-se, sendo impossíveis de serem encaixados na noção exata de gênero. As diferenças, no entanto, são visíveis. O Jornalismo trabalha com a verdade dos fatos do dia-a-dia, enquanto a Literatura tem espaço para a ficção, para a poesia e para a experimentação.

É o que diz Cosson (2005, p. 58) ao afirmar que o Jornalismo se preocupa com a verdade dos fatos e a Literatura constrói o mundo baseada em semelhanças, sendo o Jornalismo o império dos fatos e a Literatura o jardim da imaginação. Nesse sentido corrobora

⁶ “Refere-se á convergência dos formatos das mídias tradicionais (imagem, texto e som) na narração do fato jornalístico”. (PALÁCIOS, s/d, p. 77)

⁷ Possibilita a conexão entre textos através de hiperlinks. (id., s/d, p. 77)

⁸ A notícia online possui a capacidade de fazer com que o leitor sinta-se diretamente parte do processo jornalístico. (BARDOEL e DEUZE apud PALÁCIOS, s/d, p.77)

⁹ Possibilita ao leitor configurar os produtos jornalísticos com base nas suas preferências pessoais. (PALÁCIOS, s/d, p. 78)

¹⁰ Rapidez de acesso relacionada com a facilidade de produção e disponibilização das informações. (id., s/d, p. 78)

¹¹ Relaciona-se ao volume de informações produzidas anteriormente disponíveis aos leitores. (PALÁCIOS apud PALÁCIOS, s/d, p. 78)

Bulhões (2007, p. 16), discorrendo sobre a formação de uma crença na incompatibilidade entre Jornalismo e Literatura, já que o primeiro baseia-se na urgência dos fatos e o segundo pode se entregar à fantasia. (BULHÕES, 2007, p. 13-14)

Ferreira, Pereira e Carvalho (2005, p. 5) acreditam também nessa diferença básica. Contrapõem os discursos Jornalístico e Literário, afirmando que o primeiro, baseado no fato, tem compromisso com a referencialidade, enquanto o segundo, fundamentado na ficção, não possui esse compromisso com o “mundo real”.

Mas não só por diferenças é marcada a relação entre Literatura e Jornalismo. O que se pode perceber são justaposições e amarrações entre os gêneros Jornalístico e Literário, sendo um ponto fundamental, além do uso da palavra como instrumento principal, e sua função referencial, a narratividade, ou seja, a produção de textos narrativos marcados pela temporalidade, vinculada à necessidade que o homem tem de conhecer a realidade. (BULHÕES, 2007, p. 40)

Com esse encontro, os dois campos se enriquecem. O Jornalismo passa, também, a se preocupar com a forma, sem nunca deixar de manter o contato estreito com a realidade. E a Literatura aprende que ser objetivo e sintético pode tornar o texto mais compreensível ao leitor.

Menezes (1997, p. 22) destaca a contribuição do Jornalismo no aprimoramento do estilo de muitos escritores que passam para seus textos contenção, sobriedade e equilíbrio. E Silva (2005, p. 50) afirma que o Jornalismo precisa ter consciência da Literatura e que não deve esquecer que a imprecisão da forma é tão importante quanto a precisão dos dados.

Já Ferreira, Pereira e Carvalho (2005, p. 2) percebem que o Jornalismo pode utilizar a Literatura como instrumento para escapar do reducionismo do discurso jornalístico tradicional, com sua atualidade e objetividade, humanizando sua atividade de observador das ações sociais. E encontram outra contribuição que a Literatura faz ao Jornalismo, o conhecimento da cultura e sociedade em um dado momento histórico, se transformando em fonte de dados factuais. (FERREIRA, PEREIRA E CARVALHO, 2005, p. 2-3)

3.4. Jornalismo Literário

O Jornalismo tem sido transformado, de uma profissão ligada às causas coletivas, em palco de espetacularização. A crise acontece em um momento em que testam-se alternativas para a fuga dessa situação imposta pelos meios de comunicação de massa e por sua lógica capitalista. Uma delas é o JL.

Para Pena (2006, p. 13) o JL permite potencializar os recursos do Jornalismo, proporcionando uma visão mais ampla da realidade, já que ultrapassa os limites dos acontecimentos, aprofundando o relato e rompendo com o *lead*. O autor percebe o JL como “linguagem musical de transformação expressiva e informacional”, e afirma ainda que a junção dos elementos presentes no Jornalismo e na Literatura forma um terceiro gênero, não se tratando da diferença entre ficção ou verdade, mas sim de verossimilhança, ou da oposição entre informar e entreter e sim de uma narrativa que mistura os dois gêneros. Sendo mais que pura Literatura e puro Jornalismo. (PENA, 2006, p. 21)

Necchi (2007, p. 11) acredita que “a idéia mais adequada, quando se fala em JL, é a da adoção de um estilo Literário, e não ficcional, na escrita. O ponto de partida sempre é a realidade – ou a noção que se tem de realidade”.

O JL é uma especialização do Jornalismo onde ocorre a prática da reportagem de profundidade e do ensaio jornalístico. Utiliza recursos de captação e redação provenientes da Literatura e suas principais características são “imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos, digressão e humanização”. (PENA, 2006, p. 105)

A fase da captação é de grande importância e no JL ganha especial atenção. As principais técnicas de captação utilizadas pelo JL são entrevista de compreensão, a observação e a documentação.

Lima (2004, p. 95-128) entende a entrevista de compreensão como a entrevista que busca o aprofundamento, no intuito de compreender os fatos e relações sociais. Já a observação é percebida pelo autor como um instrumento de captação importante para a produção jornalística. No entanto, a observação da maneira ideal, demorada, intensa, é praticamente impossível de realizar na urgência do Jornalismo diário, enquanto o autor define a documentação como “coleta de dados em fontes registradas de conhecimento” (LIMA, 2004, p. 128)

Outros métodos de captação utilizados pelo JL são as histórias de vida, que aparecem sob a forma clássica da entrevista e as memórias, entendidas por Lima (2004, p. 114-127) como “resgate de riquezas psicológicas e sociais”.

O JL também pode ser conhecido como Jornalismo Narrativo. Literatura da Realidade, Literatura de Não-Ficção, Literatura Criativa de Não Ficção. A Literatura de Realidade “aplica-se à prática da narrativa sobre temas reais, empregando reportagem - o ato de relatar

ocorrências sociais - sob um conceito espaço-temporal e de método mais amplo do que nos periódicos.” (TEXTO VIVO)¹²

O JL pode ser entendido de diferentes maneiras, podendo ser o período da história do Jornalismo em que os escritores assumiram as funções nos jornais, ou a crítica de obras literárias veiculada em jornais, ou o *New Journalism*, e até mesmo biografias, romances-reportagens e ficção-jornalística.

A crítica literária corresponde ao texto interpretativo sobre obras literárias, onde são emitidos juízos de valor do crítico em relação ao texto exposto. Não precisa ser escrita por jornalistas, mas sempre é veiculada no suplemento Literário. Segundo Lucas (2001, p. 71) *apud Les Livres des Temps* “a Literatura é a consciência da humanidade; a crítica é a consciência da Literatura”.

O *New Journalism* surgiu nos EUA, entre a década de 60 e 70. Foi um movimento que reivindicava a qualidade do texto jornalístico, pois acreditava que a pirâmide invertida e as seis perguntas básicas que compõe o *lead* fossem insuficientes para a descrição da realidade de forma precisa.

Combinando uma exaustiva apuração dos fatos com a liberdade temática e textual, o *New Journalism*, se tornou o mais expressivo movimento do Jornalismo moderno, tendo repercussão em todo ocidente.

Praticado em grandes revistas e em livros-reportagens, o *New Journalism* inovou as técnicas de apuração e escrita. Suas principais características são: a construção cena-a-cena; a reprodução dos diálogos das personagens; diferentes focos narrativos, com a utilização da voz autoral e fluxos de consciência; uso de metáforas e figuras retóricas; e a descrição exata de gestos, estilos de vida, físicos, comportamentos, roupas e outros detalhes que reforçassem a aparência de real.

As biografias são, segundo Lima (1969, p. 27), Literatura em prosa de apreciação de pessoas. Podem ser entendidas também como obras que procuram explicitar o lado humano, a história, a carreira, de pessoas públicas ou não, mas que de alguma maneira são interessantes. (LIMA, 2004, p. 51-52)

Os romances-reportagens correspondem às narrativas de não ficção, que utilizam o discurso literário para fazer representações do real. Enquanto as ficções-jornalísticas baseiam-se em fatos que realmente aconteceram para contar uma estória que utiliza a ficção.

¹² Disponível em <http://www.textovivo.com.br/conceitos.htm>

Segundo Pena, o JL possui sete itens imprescindíveis, que ele chama de estrela de sete pontas, sendo eles: a potencialização dos recursos do Jornalismo, a capacidade de ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano, o proporcionamento de uma visão ampla da realidade, o exercício da cidadania, o rompimento com as correntes do *lead*, a busca por alternativas além das fontes oficiais e a perenidade. (PENA, 2006, p. 12-15)

Desta maneira, esta especialização do Jornalismo vem crescendo nos últimos anos. No entanto, como todas as outras especializações, ela não deve ser praticada apenas no mercado. É imprescindível que exista uma discussão dentro das academias sobre o tema, e que o JL seja apresentado em sala de aula, que possua seu espaço, assim como o possuem outras especializações. Para saber como é apresentado o conteúdo referente ao JL nas instituições foi desenvolvida essa pesquisa, e os dados obtidos serão apresentados no próximo capítulo.

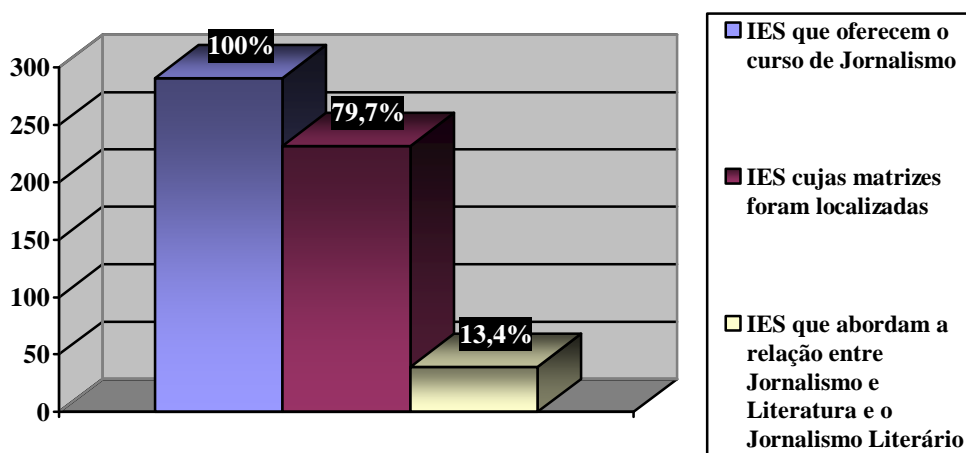
4. Pesquisa nos sites

Na fase inicial do desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória, que consistiu na análise das matrizes curriculares e ementários disponíveis nos sites das Instituições de Ensino Superior que possuem cursos de Jornalismo ou Comunicação Social habilitação Jornalismo.

Entre os dias 9 de setembro de 2007 e 9 de outubro de 2007, foram acessadas as páginas de 291 IES, responsáveis pelos 346 cursos cadastrados no site da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC), já que cada IES é cadastrada de acordo com a oferta de turmas por turno. Dessas 291 IES, foram localizadas as matrizes curriculares e ementários em 232 sites, o que corresponde a 79,7%, sendo que as demais ou não tinham as matrizes no site ou a página estava fora do ar.

Após a análise de cada uma dessas matrizes e ementários, percebeu-se que apenas 39 IES (13,4%) ofereciam disciplinas referentes à relação entre o Jornalismo e a Literatura e ao JL (Apêndice A), sendo 45 disciplinas ao total. O Gráfico 1 mostra a diferença entre o número de instituições existentes e as IES onde foram localizadas tais disciplinas.

Gráfico 1 – IES que oferecem o curso de Jornalismo e IES onde foi localizado o Jornalismo Literário.



Das 39 Instituições que oferecem essas disciplinas, 35 possuem apenas uma disciplina (89,7%), e três oferecem duas (7,7%), sendo elas ESEEI, UniFIAM-FAAM e INESP. A Facamp é a única que oferece três disciplinas (2,56%). Das disciplinas encontradas 37

possuem caráter obrigatório (82,2%), e oito são optativas (17,8%). O que sugere que a maioria das escolas de Jornalismo que têm essa disciplina, considera necessária a apresentação do JL a seus alunos.

Em 10 disciplinas (22,2%), o conteúdo está associado apenas à abordagem restrita da produção de livros reportagem, como é o caso da ESSEI, FIBAM, IBES, IESRA, UCG, USP, UNIUBE e UNIP UniFIAM-FAAM (que oferece duas disciplinas relacionadas a livro reportagem).

A mesma proporção é identificada quando se trata de JL ou Narrativo. Tais disciplinas podem ser localizadas nas matrizes curriculares da UNIMONTE, UNISANT`ANNA, FCSH, FACOMP, UMP, FA7, UCDB, UFSM, UMESSP e UNIT. A apresentação de conteúdos alusivos à Literatura¹³ aos discentes destas escolas é realizada em oito disciplinas (17,8%) na FACCAMP, FACHA, Facamp – que oferece Leituras de Ficção 1, Leituras de Ficção 2 e Leituras de Ficção 3 –, FPAS e MACKENZIE. Enquanto as suas relações com o Jornalismo ou a Comunicação são apresentadas em sete disciplinas (15,6%) na FACNOPAR, FJA, FASUL, INESP, PUC Minas, PUCRJ e UFS.

Os conteúdos relativos ao JL, nas instituições ESSEI, UFV, INESP, UNIVALI aparecem associados a alguma disciplina de Redação Jornalística, e em outras quatro (UTP, FUMEC, UEL e UNB) o tema é apresentado em análises e produção de textos literários, que são propostos em diferentes disciplinas aos alunos.

As outras duas disciplinas onde o conteúdo é abordado são Narrativas de Viagem¹⁴, na MACKENZIE – cujo objetivo é “Levar o aluno a compreender e pôr em prática os recursos narrativos de um segmento específico do Jornalismo Literário: o dos textos de viagem, que retratam experiências imersivas do autor em ambientes diferentes do seu” – e Produção e Edição de Revistas¹⁵, na UNITAU.

Foi analisado também o tipo de conteúdo apresentado. Das 45 cadeiras, 22 (48,9%) se relacionam à análise e produção de material vinculado ao Jornalismo Impresso, 22 (48,9%)

¹³ Tais disciplinas possuem caráter básico e são importantes para a apresentação do JL aos discentes.

¹⁴ Ementa da disciplina Narrativas de Viagem:

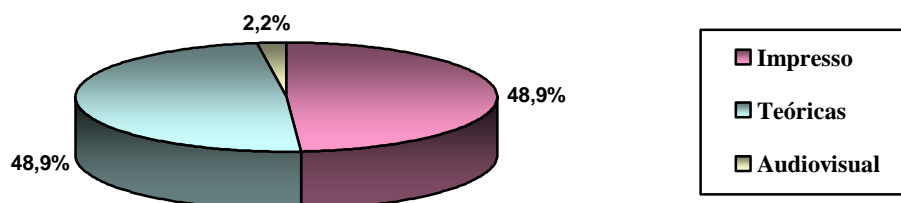
Estudo do contexto histórico e do momento de vida de escritores e jornalistas que produziram relatos com base em um contato profundo com outras culturas, e que constituíram experiências transformadoras e inspiradoras sob os aspectos cultural, intelectual e existencial.

¹⁵ Ementa da disciplina Produção e Edição de Revistas:

Produção de texto para revista. Pesquisa jornalística, contextualização dos fatos. Elaboração de texto, legenda e titulação em Jornalismo para revista. Reportagem de investigação e interpretação. Redação opinativa. Técnicas literárias aplicadas ao Jornalismo. Ensaios jornalísticos para revista. Realidade e perspectivas da produção editorial. A questão mercadológica. O texto jornalístico nas revistas e suplementos. Análise de gêneros e estilos de textos. Planejamento editorial e produção de uma revista.

enfazizam a apresentação teórica e apenas uma (2,2%), Literatura e Televisão na INESP, se relaciona à comunicação audiovisual. Isso denota um equilíbrio entre a abordagem de disciplinas teóricas e de formação profissionalizante, conforme demonstrado no Gráfico 2.

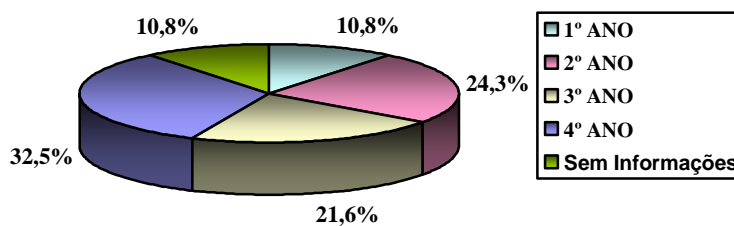
Gráfico 2 – Relação entre disciplinas e conteúdo.



De acordo com Peruzzo (2003, p. 123), as escolas de Comunicação já passaram a utilizar currículos no novo formato - sem a separação por blocos – e as disciplinas têm sido disponibilizadas em anos distintos em cada instituição, sendo que algumas IES oferecem matérias específicas da habilitação até mesmo no primeiro ano letivo do curso, o que pôde ser percebido durante a análise do ano de oferta das disciplinas.

Das 37 disciplinas de caráter obrigatório, quatro (10,8%) são oferecidas no primeiro ano, sendo uma no primeiro período, e três no segundo. Nove (24,3%) aparecem no segundo ano, uma em caráter anual, três no terceiro período e cinco no quarto. Oito disciplinas (21,6%) são oferecidas no terceiro ano, sendo uma de curso com regime anual, quatro no quinto período e três no sexto. Foram localizadas doze disciplinas (32,5%) oferecidas no último ano, sendo uma anual, dez no sétimo período e uma no oitavo. Não foi encontrada referência sobre o período ou ano de oferecimento de quatro disciplinas (10,8%), presentes nas grades da ESEEI, UMESP, UNIP e USP. O Gráfico 3 apresenta o ano de oferecimento das disciplinas.

Gráfico 3 – Ano de oferta



Os últimos itens analisados na pesquisa foram as cargas horárias semestral (h/a) e semanal (h/s) referentes às disciplinas, de acordo com as informações fornecidas nos sites das instituições. A variação das cargas horárias semestrais percebida entre as disciplinas foi grande. A menor carga horária foi relativa às disciplinas Redação IV da UFV, Narrativas de Viagem e Panorama da Literatura Brasileira, ambas da MACKENZIE, que destinam ao conteúdo 30 horas/aula (h/a), o que representa 6,7% das disciplinas localizadas. As três são oferecidas em duas horas semanais.

As disciplinas Literatura da UNIFIEO (2 h/s); Leituras de Ficção 1, 2 e 3 (2 h/s cada), da Facamp; Jornalismo Literário: Livro Reportagem da FIBAM; Jornalismo Literário (2 h/s) da UNIT e Textos Opinativos e Literários da UTP, são oferecidas 36 h/a, o que corresponde a 15,6%.

Já as disciplinas Jornalismo Literário na FCSH, UMP e FA7; Produção de Livro Reportagem da UniFIAM-FAAM e Narrativas Jornalísticas (2 h/s) da UMESP apresentam 40 h/a, totalizando 11,1%.

Apenas a disciplina Humanidades IV: Literatura da FPAS possui 50 h/a, correspondendo a 2,2% do total. Enquanto Jornalismo Literário da FACOMP e Literatura e Televisão (3 h/s) da INESP apresentam a carga horária de 54 horas/aula, ou seja, 4,4% do total de disciplinas.

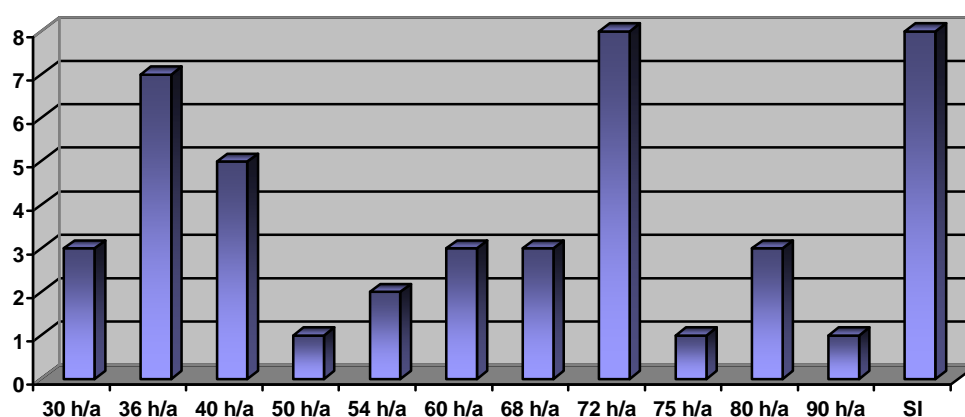
Livro Reportagem da UNIUBE; Redação Jornalística VI da UNIVALI e Literatura e Jornalismo no Brasil (4 h/s) da UFS, são de 60 h/a, correspondendo a 6,7%. Literatura e Jornalismo (4 h/s) da FACNOPAR; Produção e Edição de Revistas da UNITAU e Análise de Texto Literário da UEL abordam o conteúdo em 68 h/a, sendo 6,7%.

Oito disciplinas possuem 72 h/a, correspondendo a 17,8%. São elas: Jornalismo Literário da UNIMONTE; Técnicas de Redação Jornalística (Técnicas Literárias) e Jornalismo Especializado (Livro Reportagem) – ambas com 4h/s – da ESEEI; Texto Literário em Comunicação da FASUL; Livro Reportagem (4 h/s) da IBES; Jornalismo Investigativo e Livro Reportagem da IESRSA; Oficina de Jornalismo I – Redação e Narrativa Jornalística (com 4 h/s) da INESP e Construção do Texto Literário da FUMEC.

Única disciplina (2,2%) de 75 h/a, Jornalismo Literário da UFS é oferecida em três horas semanais. Três disciplinas (6,7 %) abordam o Jornalismo Literário em 80 h/a, são elas: Estudos Literários da FACCAMP; Jornalismo, Literatura e Gêneros Opinativos da FJA e Projeto Experimental IV – “Livro Reportagem” da UniFIAM-FAAM. E a disciplina com maior carga horária, Especialização em Jornalismo: Livro-Reportagem da USP, 2,2%, destina 90 h/a ao tema.

Em oito das Instituições em que foram localizadas disciplinas (uma referente a cada IES) não existiam informações sobre a carga horária total. No entanto, em cinco delas havia dados sobre as horas semanais destinadas ao conteúdo; são elas: Teoria Literária da FACHA e Jornalismo Literário da UCDB, ambas com 2 h/s, Comunicação e Literatura Brasileira da PUCRJ, Livro Reportagem na UCG e Oficina Literária na UNB, com 4 h/s cada. O Gráfico 4 evidencia essa diferença entre as cargas horárias destinadas às disciplinas que abordam o JL, sendo SI a quantidade de disciplinas sem informação disponível nos sites.

Gráfico 4 – Carga horária semestral das disciplinas



A pesquisa confirmou a existência de algum espaço, mesmo que restrito, destinado ao JL dentro das Instituições de Ensino. A partir daí foi realizada uma nova etapa do estudo, em que se buscou informações mais diretas com os coordenadores de curso de Jornalismo no intuito de criar bases para aprofundar a discussão do tema.

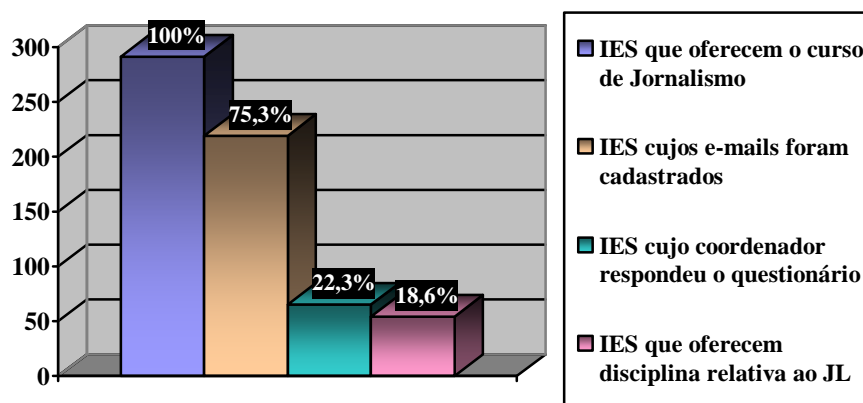
5. Pesquisa com coordenadores de curso

Para a realização da segunda etapa da pesquisa foram obtidos os e-mail de coordenadores de cursos de Instituições de Ensino. Para tal, foram pesquisados os sites das IES, e quando não foram localizados, foi enviado um e-mail de solicitação para as secretarias de graduação, explicando sobre a pesquisa e a necessidade do endereço eletrônico do coordenador para a inclusão da IES, contribuindo para sua representatividade. Foram cadastrados os e-mails de coordenadores de 219 IES, não tendo sido obtidas respostas de 72 IES.

Após esse cadastro foram enviados, entre os dias 30 de outubro de 2007 e 1 de novembro de 2007, questionários aos coordenadores contendo cinco perguntas. No dia 8 de novembro de 2007 os questionários foram reenviados para os coordenadores que não haviam respondido. Até o dia 10 de novembro, 65 e-mails haviam sido respondidos (Apêndice C), cerca de 22% do total. Os questionários tinham por objetivo levantar dados sobre o oferecimento de disciplinas que abordam o JL nas Instituições, bem como as atividades extracurriculares relacionadas a essa especialidade do Jornalismo desenvolvidas nas IES.

Das 65 IES cujos coordenadores responderam os e-mails, apenas 11 não oferecem nenhuma disciplina que contemple o JL, o que corresponde a 16,9% do total. Não foram recebidas justificativas para o não envio de respostas. No entanto os coordenadores Paulo Roberto Bornsen Vibiam, da UNISANTOS, Evandro Alberto de Souza, da IESRSA e Washington José de Souza Filho, da UFBA enviaram e-mails afirmando que os questionários seriam respondidos em outra hora, mas não enviaram as respostas. Já a coordenadora da UniFOA, Kátia Zanvettor, comunicou a reformulação pela qual a matriz curricular do curso de Jornalismo estava passando, não podendo, por isso, responder à pesquisa nesse momento. Os dados referentes à diferença entre as IES que oferecem o curso de Jornalismo e as que responderam afirmativamente à questão sobre o oferecimento de disciplina que aborde o JL podem ser visualizados no Gráfico 5.

Gráfico 5 - IES que oferecem o curso de Jornalismo e IES cujos coordenadores afirmaram o oferecimento do Jornalismo Literário.



A justificativa dos coordenadores Camilo Antônio de Assis Barbosa, da UNIFAE; Cibele Abdo Rodella, da CESUMAR; Geovani Berno, da UNIRON; Cristina Schmidt, da UMC; Paulo Henrique da Silva Souza, da UNITRI; e Paulo Scarduelli, da FESSC; é que o conteúdo aparece vinculado às outras variáveis do Jornalismo, enquanto Brisa Nunes, da FAPEPE; Ana Maria Andrade de Oliveira Melo, da UNG; José Carlos dos Santos, da FASB; Maurício Bittencourt, da UFAC; e Maristela Guimarães, da UNEMAT; afirmam que o tema não foi incluído nas discussões sobre a formulação da grade, sem nenhum motivo específico. A coordenadora da FAPEPE, Brisa Nunes, disse ainda que seria sugerida a inclusão do tema na próxima reformulação da grade, já que considerava uma ótima idéia.

Martins (2007) afirma que nos últimos anos ocorreu uma intensa renovação no quadro de professores das IES nos cursos de Jornalismo. A maioria dos coordenadores desse curso é jovem. Por terem se integrado recentemente ao processo acadêmico, mesmo assumindo lugar importante para a formação de profissionais do Jornalismo, em grande parte das vezes não conhecem as diretrizes, a história da formação dos cursos e a importância da identidade profissional.

Das 54 IES que oferecem alguma disciplina relacionada ao tema, 31 (57,4%) oferecem apenas uma. O que acaba por corroborar a visão de Cardoso (1992, 104-105), que afirma que as escolas apresentam aos alunos um rol de disciplinas, como se fosse uma lista que relaciona “produtos”, que após a apresentação são esquecidos, não havendo um aprofundamento, roubando dos alunos a significação do que estão produzindo.

No entanto, algumas instituições conseguem um aprofundamento um pouco maior do tema. Das IES pesquisadas 17 (31,5%) oferecem duas disciplinas, quatro (7,4%) oferecem três e duas (3,7%) oferecem quatro matérias, que de alguma maneira tratam o JL.

Das 85 disciplinas informadas, 19 (22,4%) tratam especificamente do JL e suas especificidades, da Grande Reportagem ou da relação entre Jornalismo e Literatura. 10 (11,8%) delas abordam o tema dentro de Jornalismo Especializado. Em 22 disciplinas (25,9%) ele é discutido dentro de alguma das Redações Jornalísticas. 12 (14,1%) delas são orientadas para o Jornalismo Impresso. O JL é abordado em 5 (5,9%) matérias que trabalham leitura, análise e produção de textos e em 11 (12,9%) que tratam as teorias do Jornalismo e da linguagem.

Segundo o Professor Celso Falaschi¹⁶ a forte presença de disciplinas orientadas para a produção de Livros-reportagem é reflexo da falta de preparação dos professores e do desconhecimento sobre o JL e suas especificidades.

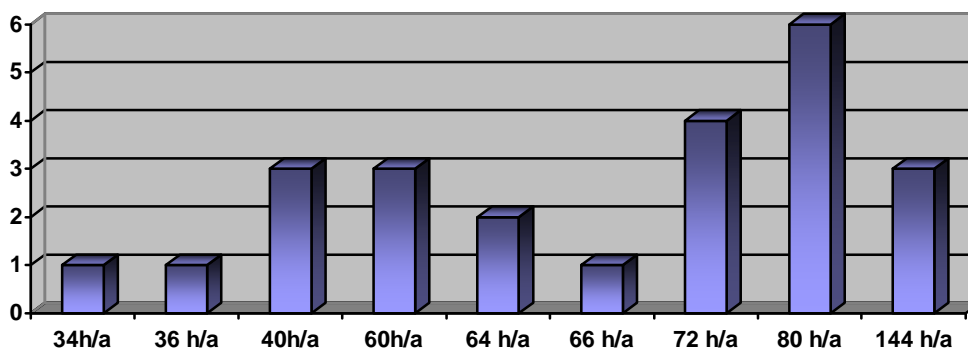
O JL é também abordado em disciplinas como Seminário VI, da UNIBRASIL; Jornalismo Investigativo, da UNIMONTE, Tópicos Especiais, da UNIFRAN; Jornalismo de Cidade, da UFC; TeleJornalismo III, da CEULJI/ULBRA; e Jornalismo Econômico e Político, da UNIEURO, não tendo sido localizadas as ementas de nenhuma dessas disciplinas nos sites das Instituições.

A variação entre as horas destinadas às disciplinas que abordam o JL, ponto inquirido na segunda questão, pôde ser assim percebida nos 24 questionários que informaram a carga horária total destinada à disciplina: Jornalismo Literário na UNIFRA é oferecido em 34 h/a, sendo 1,2% das disciplinas; Seminários VI na UNIBRASIL possui 36 h/a, também correspondendo a 1,2%; Jornalismo Literário e Cultural na FASAM, Produção de Livro Reportagem na UniFIAMFAAM e Narrativa Jornalística na UMESP são de 40h/a, totalizando 3,5%; Jornalismo Literário na UMP, Jornalismo Especializado na UNESA e Redação Jornalística IV na UFPE possuem 60 h/a, sendo também 3,5%; Produção de Texto Jornalístico II e Jornal Impresso I ambas na UFG são oferecidas em 64 h/a, o que corresponde a 2,3%; Jornalismo Especializado na UNESA (Nova Friburgo – RJ) apresenta carga horária de 66 h/a, sendo 1,2%; Jornalismo Literário e Jornalismo Investigativo, ambas da UNIMONTE, Redação Jornalística III na UNIBRASIL e Textos Opinativos e Literários na UTP são de 72 h/a, 4,7% do total; Jornalismo Especializado I e II, na UNIGRAN, Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística e Redação em Jornalismo Impresso II, ambas da UNIS-MG, Projeto Experimental em Livro Reportagem na UniFIAM-FAAM e Reportagem Especial para Revista da UMESP são oferecidas em 80 h/a, correspondendo a 7,1%, e Jornalismo Impresso III na ALFA e Redação Jornalística I e II da FAO possuem 144

¹⁶ Em entrevista concedida à autora, em 22 de outubro de 2007 durante o 1º Seminário Brasileiro de Jornalismo Literário.

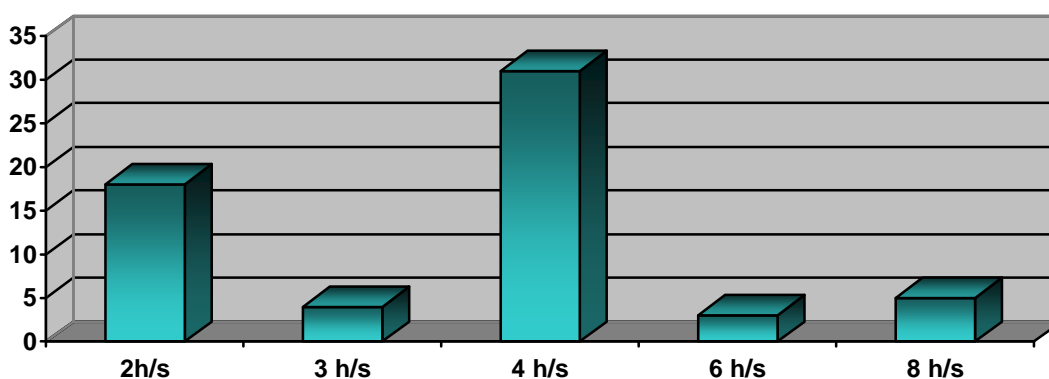
h/a, sendo 3,5%. Tal variação pode ser percebida na Gráfico 6, que apresenta a carga horária das disciplinas informadas.

Gráfico 6 – Carga horária semestral das disciplinas



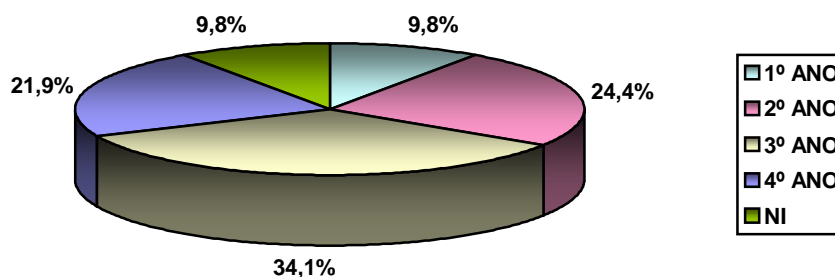
As outras 61 disciplinas se dividem da seguinte maneira: 18 disciplinas (21,2%) são oferecidas em 2 h/s; Redação Jornalística da CESPAP, Projetos em Jornalismo III – Oficinas de Redação na UNIVAP, Grandes Reportagens da UnP e uma disciplina da UCAM cujo nome não foi informado possuem 3 h/s (correspondendo a 4,7%); 31 (36,5%) são de 4 h/s; Técnicas e Gêneros Jornalísticos I e II e Jornalismo Impresso Aplicado, todas da UNIC se apresentam em 6 h/s, totalizando 3,5%, e Teoria da Comunicação, Pesquisa I – Teoria e Metodologia da Comunicação, Redação II – Jornalismo Interpretativo e TeleJornalismo III – Grande Reportagem, todas da CEULJI/ULBRA e Laboratório de Produção Textual – Gênero Jornalístico, da UNICSUL são ministradas em 8 h/s, sendo 5,9% do total de disciplinas. Estes dados estão apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Carga horária semanal das disciplinas



Outra questão levantada foi sobre o ano em que a disciplina apontada pelo coordenador é oferecida. Segundo a tabulação dos dados, das 85 disciplinas informadas, três são optativas. Portanto só foram analisados o ano de oferecimento de 82 disciplinas: oito, 9,8%, aparecem no primeiro ano e 20 são oferecidas no segundo ano, ou seja, 24,4%. De todas as matérias comunicadas, 28 (34,1%) são do terceiro ano e 18 (21,9%) são oferecidas no último ano. Não foi informado (NI) o ano de oferta de oito (9,8%) matérias. A relação entre essas proporções pode ser melhor elucidada no Gráfico 8, que apresenta o ano de oferta das disciplinas.

Gráfico 8 – Ano de Oferta



A variação entre os anos de oferta das disciplinas referentes ao assunto aqui pesquisado é reflexo da proposta das Diretrizes Curriculares da Área de Comunicação Social e suas Habilitações, que logo na introdução apresenta a necessidade de flexibilizar a estrutura dos cursos, ajustando-se ao dinamismo da área e possibilitando o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes.

A penúltima questão faz referência à presença do JL em atividades extra-curriculares como grupos de estudo, realização de pesquisas e projetos de extensão. Entretanto, a presença dessas atividades revelou-se pequena. Das 65 respostas recebidas, 49 IES trabalham o JL apenas em sala de aula, o que representa 75,4%, enquanto 16 (24,6%) trabalham, também, o JL em atividades extra classe.

Dessas atividades, duas constituem grupos de estudos, sendo eles o Grupo de Estudos Interdisciplinares, do curso de Letras da UNIFRAN, que conta com a participação dos estudantes de Jornalismo e o grupo de estudos sobre o JL da MACKENZIE.

Seis são grupos de pesquisa ou iniciação científica. Sendo eles:

- Pesquisa de Iniciação Científica sobre a obra de Nelson Rodrigues e sua relação com o Jornalismo, na CESUMAR;

- Pesquisa na UFSC, sobre Literatura e crítica literária na revista Senhor¹⁷;
- Pesquisas e projetos nessa linha de abordagem no Laboratório de Observação das Mídias Radicais , na UNICID;
 - Grupo de Pesquisa: JOR XXI – que tem como objetivo estudar as transformações do Jornalismo do Século XXI, com ênfase em três vertentes: o que é notícia?, práticas produtivas e hibridismo dos meios de comunicação, na UTP;

Núcleo de Pesquisa sobre o trabalho com a Língua Portuguesa em Jornalismo, na PUC PR;

- Grupo de Pesquisas e Estudos em Comunicação, da UNOESTE, que trabalha o tema em pesquisas científicas, dentro da linha “Jornalismo e Linguagens”.

E oito são projetos de extensão:

- Um grupo formado pelos alunos com melhor rendimento acadêmico da UNIBRASIL, o "Midiabólicos", responsáveis por projetos especiais, construídos além das disciplinas, com vistas a oferecer material invulgar para a imprensa externa à faculdade;

- Edição e produção de livros-reportagem, na UNIMONTE;
- "Amajor - Amazônia, Jornalismo e Comunicação", que pretende estimular a produção em JL, na UFAC;

- Laboratório dinâmico de Jornalismo, da UNIEURO;
- Projetos de desenvolvimento de Biografias e Livros-reportagem na UNISANTA;
- Projeto de extensão na UCDB, com o título “Jornalismo e Literatura: aproximações necessárias”, além do Clube de Leitura onde são discutidos autores importantes;

- Produção da revista PLURAL que veicula as reportagens produzidas pelos alunos do curso de Jornalismo da UNIFRA;

- Oficinas de criação de Narrativas de Não-Ficção, que além de inserir os alunos na realidade da região, resultam em livros escritos pelos alunos da UCS.

Sobre as atividades extracurriculares Lopes (2003, p. 289) afirma que as escolas de Comunicação devem relacionar pesquisa e produção, já que a formação do comunicador-produtor não implica abdicar da reflexão teórica e nem excluir a pesquisa do nível de graduação. A autora afirma que a pesquisa deve ser didática – integrando disciplinas teóricas, específicas e laboratoriais – e prática, voltada para a questão da produção em comunicação. Segundo ela esse tipo de pesquisa, que resulta em produtos midiáticos, ainda é incipiente, e se traduz, basicamente, nos projetos de extensão desenvolvidos pelas Instituições de Ensino. Alguns coordenadores também afirmaram que, além de atividades extracurriculares desenvolvidas ou não pelas suas Instituições de Ensino, existe a produção de livros reportagem em projetos experimentais e/ou trabalhos de conclusão de curso.

Os projetos experimentais, implantados nos cursos de Comunicação Social, pela resolução nº 03/78, tinham originalmente a finalidade de obrigar a prática profissional durante a graduação, contribuindo para a construção de uma estrutura tecnicista. Mas, após as modificações que o ensino em Comunicação sofreu, e diante de todas as mudanças

¹⁷ Tal resposta explicita a confusão entre o JL e o Jornalismo sobre Literatura.

tecnológicas e estruturais das escolas, seu objetivo mudou. Sendo importante levar em consideração o contexto necessário para a formação profissional. (SILVA e OLIVEIRA, 2003, p. 218)

Os autores apontam ainda a importância de aprofundar e experimentar a reportagem, da pauta especializada, do Jornalismo interpretativo, da investigação e da edição da grande reportagem em livro, possibilitada pelos projetos experimentais, realizados no final do curso. A prática da grande reportagem em livros durante os projetos experimentais e trabalhos de conclusão de cursos, apontada por alguns coordenadores de curso, é importante para a formação dos estudantes que estão às portas do mercado, já que a escola é o local destinado à experimentação.

6. Conclusão

O presente trabalho teve como embasamento as teorias sobre o Ensino em Comunicação e JL, bem como sobre as relações entre o Jornalismo e a Literatura que acabam por formá-lo. O primeiro como fundamentação, já que nesse trabalho discute-se principalmente o ensino nas escolas de Jornalismo, e o segundo como apresentação do tema que investiga.

Com base na análise dos dados referentes à pesquisa piloto e às respostas dos questionários recebidas, pode-se concluir que o espaço do JL dentro das IES brasileiras ainda é pequeno se comparado às outras especializações. No entanto, se analisado separadamente, percebe-se que a maioria das Instituições oferece de alguma maneira o conteúdo a seus alunos.

A dicotomia existente entre a presença do JL na primeira fase da pesquisa e na segunda deve-se à liberdade que as Instituições possuem para construir suas matrizes curriculares, podendo nomear as disciplinas da maneira que melhor atende aos seus objetivos. Com base nas respostas à questão 2.1 do questionário presume-se que nas grades curriculares das instituições pesquisadas, no primeiro momento existiam muitas disciplinas que abordaram o JL, ou algumas de suas vertentes, mas que não puderam ser percebidas por causa de sua nomenclatura.

O alto índice de JL na segunda fase também pode ser atribuído à conveniência de se responder afirmativamente a uma questão proposta e que confere juízo positivo à escola de Jornalismo da qual o coordenador é responsável.

Outro ponto percebido foi a diferença de carga horária atribuída às disciplinas. Enquanto algumas poucas dedicam cerca de 8 horas, a maioria variou entre 2 e 4 horas. O que pode ser entendido como fruto da liberdade de construção de currículos e projetos pedagógicos, possibilitada às IES pelas Diretrizes Curriculares para a Área de Comunicação Social e suas Habilitações, que o que caracteriza o conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, podendo as Instituições adotar um sistema de créditos baseadas em decisões específicas para cada caso.

Um ponto interessante a abordar é a localização das disciplinas referentes ao JL dentro das grades. A maioria das matérias que abordam essa especialização aparece nos últimos dois

anos, quando a estrutura da pirâmide invertida, o *lead* e o conceito de objetividade e imparcialidade – mitos do Jornalismo – estão consolidados nos estudantes. O rompimento com essas estruturas se torna complicado, e a maioria dos estudantes tem dificuldades em utilizar os instrumentos que o JL oferece, sendo, para alguns, até mesmo, um desafio.

Depois de enviados os questionários e analisadas as informações disponibilizadas, foram percebidas diferenças entre as respostas de alguns coordenadores cujas ementas foram localizadas e as informações que existiam nos sites, como foi o caso da FA7, UCDB, UMESP e MACKENZIE.

Após a análise dos dados surgiram possibilidades para pesquisas futuras, como por exemplo, pesquisas que abordem a importância dada ao tema pela instituição, o interesse que o JL desperta nos estudantes, pesquisas com estudantes e egressos de Instituições onde o JL tenha destaque e não seja abordado. Sugerimos também uma maior divulgação do tema para os coordenadores de curso em Congressos e encontros da área.

A principal dificuldade percebida durante elaboração deste trabalho foi a pouca bibliografia existente sobre o JL e o Ensino em Jornalismo, tendo sido encontrados mais livros referentes à relação entre o Jornalismo e a Literatura. Faltando, principalmente, embasamento teórico para a elucidação das análises. Outra dificuldade foi motivada pela ausência de informações completas sobre os cursos nos endereços das universidades, o que demonstra o quanto o espaço web pode ser melhor ocupado à fim de estimular e aprofundar novas pesquisas. Do mesmo modo, embora o e-mail facilite o contato com escolas de todo o Brasil, impulsionando a comunicação científica, por outro lado ainda é ignorada por muitos coordenadores que sequer responderam às mensagens enviadas.

Esperamos que o presente estudo contribua para a ampliação da discussão teórica sobre o JL e estimule sua presença nos projetos pedagógicos dos cursos de Comunicação Social e a ampliação da carga horária das disciplinas referentes ao JL em instituições que destinam ao tema poucas horas/aula, como é o caso, por exemplo, da UFV.

É necessário investir mais nessa especialização do Jornalismo, possibilitando a formação de jornalistas mais humanos, comprometidos com o papel social que possuem. Além de possibilitar aos futuros profissionais a prática de um Jornalismo livre das amarras da objetividade e das estruturas rígidas do *lead* e da pirâmide invertida ainda dentro da graduação.

Referências Bibliográficas

AMORA, Antônio Soares. **Teoria da Literatura**. 5ª ed. São Paulo: Clássico-Científica, 1964. 287 p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acessado em: 13 nov. 2007

BRASIL. PARECER CNE/CES 492/2001. **Diretrizes Curriculares**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acessado em: 13 nov. 2007

BRUM, Eron, IJUIM, Jorge Kanehide. *Ensinar Jornalismo... ou Aprender Jornalismo?*. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling, SILVA, Robson Bastos da (Orgs). **Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil**. São Paulo: INTERCOM, Taubaté: UNITAU, 2003. p. 29-43.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e Literatura em Convergência**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2007. 216 p.

CALDAS, Graça et al. **Ensino de Jornalismo Cenários e Perspectivas**. Disponível em <repositorio.portcom.intercom.org.br/dspace/handle/1904/19324> Acessado em: 14 out. 2007

_____. Ensino de Comunicação no Brasil: Panorama e Perspectivas. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling, SILVA, Robson Bastos da (Orgs). **Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil**. São Paulo: INTERCOM, Taubaté: UNITAU, 2003. p. 15-27.

CARDOSO, Onésimo de Oliveira. *Fragmentação do Ensino da Comunicação: A Busca de Novas Metáforas*. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org). **O Ensino de Comunicação: Análises, Tendências e Perspectivas**. São Paulo: ABECOM:ECA/USP, 1992. p. 102-108.

COSSON, Rildo. *Romance-Reportagem: O Império Contaminado*. In: CASTRO, Gustavo de, GALENO, Alex (Orgs.). **Jornalismo e Literatura – A Sedução da Palavra**. 2ª ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 57-70

DUARTE, Armia Escobar. *Processos Didáticos: A Renovação Necessária para a Melhoria da Qualidade do Ensino*. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org). **O Ensino de Comunicação: Análises, Tendências e Perspectivas**. São Paulo: ABECOM:ECA/USP, 1992. p. 144-151.

FARO, José Salvador. *Diretrizes Curriculares para o Ensino de Comunicação No Brasil: uma História que Mudou as Perspectivas dos Cursos*. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling, SILVA, Robson Bastos da (Orgs). **Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil**. São Paulo: INTERCOM, Taubaté: UNITAU, 2003. p. 139-146.

FENAJ. **Proposta de Diretrizes Curriculares da Área de Comunicação e Habilitações Específicas**. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/educacao/prop_dir_curric.pdf> Acessado em: 14 out. 2007

FERREIRA, Tailze Melo; PEREIRA, Reinaldo Maximiliano; CARVALHO, Tatiana Pereira. **Trânsitos: Entre o Ficcional e o Factual**. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/handle/1904/16817>> Acessado em: 05 out. 2007

FILHO, Néelson Dimas. *Integração Curricular: o embasamento humanístico e o adestramento profissional*. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org). **O Ensino de Comunicação: Análises, Tendências e Perspectivas**. São Paulo: ABECOM:ECA/USP, 1992. p. 98-101.

FORECHI, Marcilene. **Mídia e Imparcialidade: A invenção da realidade**. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=401IMQ003>> Acessado em: 18 de novembro de 2007

Imparcialidade. In: Michaelis - Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=imparcialidade> > Acessado em: 18 nov. 2007

LIMA, Alceu Amoroso. **O Jornalismo como Gênero Literário**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir. 1969. 64 p.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O Que é Livro-Reportagem**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1998. 69 p. (Coleção Primeiros Passos)

_____. **Páginas Ampliadas**. 3ª ed. Barueri: Manole. 2004. 371 p.

LOPES, Maria Immacolata Vasallo de. *A Pesquisa e o Ensino nas Escolas de Comunicação*. In: PERUZZO, Cicília M. Krohling; SILVA, Robson Bastos da (Orgs.). **Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil**. São Paulo: INTERCOM, Taubaté: UNITAU, 2003. p. 283-293.

LUCAS, Fábio. **Literatura e Comunicação na Era da Eletrônica**. São Paulo: Cortez, 2001. 90 p.

MARTINEZ, Monica. O Jornalista que Escutava: Joseph Mitchell e o Jornalismo Literário. In: XXX Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, Santos. Anais, 2007.

MARTINS, Gerson Luiz. **Coordenadores de curso e a qualidade da educação**. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=458DAC001>> Acessado em: 18 nov. 2007

MENEZES, Fagundes de. **Jornalismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1997. 60 p.

NECCHI, Vitor. **A (Im)Pertinência da Denominação Jornalismo Literário**. 2007. In: XXX Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, Santos. Anais, 2007.

NUZZI, Erasmo de Freitas. *40 Anos de Ensino do Jornalismo no Brasil: relato histórico*. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org). **O Ensino de Comunicação: Análises, Tendências e Perspectivas**. São Paulo: ABECOM:ECA/USP, 1992. p. 20-39.

Objetividade. In: Michaelis - Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=objatividade>> Acessado em: 18 nov. 2007

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Jornalismo na primeira pessoa**. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al150520024.htm>> Acesso em: 27 ago. 2007

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. *Currículo, um Obstáculo? A Autonomia Curricular nos Cursos de Comunicação*. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org). **O Ensino de Comunicação: Análises, Tendências e Perspectivas**. São Paulo: ABECOM:ECA/USP, 1992. p. 182-186.

PALÁCIOS, Marcos. **Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate**. Disponível em: <http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom/pdfs/fidalgo_serra_icol_Jornalismo_online.pdf#page=79> Acessado em: 18 de novembro de 2007

PASSOS, Mateus Yuri, ORLANDINI, Romulo Augusto. **Contando a História do Presente: princípios para a caracterização estrutural do Jornalismo Literário**. In: XXX Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, Santos. Anais, 2007.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário** . 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. 142 p.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. *Tópicos Sobre Ensino de Comunicação no Brasil*. In: PERUZZO, Cicília M. Krohling; SILVA, Robson Bastos da (Orgs.). **Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil**. São Paulo: INTERCOM, Taubaté: UNITAU, 2003. p. 119-135.

SATO, Nanami. *Jornalismo, Literatura e Representação*. In. CASTRO, Gustavo de, GALENO, Alex (Orgs.). **Jornalismo e Literatura – A Sedução da Palavra**. 2ª ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p.29-46

SILVA, Juremir Machado da. *O Que Escrever Quer Calar? Literatura e Jornalismo*. In. CASTRO, Gustavo de, GALENO, Alex (Orgs.). **Jornalismo e Literatura – A Sedução da Palavra**. 2ª ed. São Paulo: Escrituras, 2005. p. 47-52

SILVA, Robson Bastos da, OLIVEIRA, Eliane Freire de. *A Experiência da Grande Reportagem nos Projetos Experimentais de Jornalismo*. In: PERUZZO, Cicília M. Krohling; SILVA, Robson Bastos da (Orgs.). **Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil**. São Paulo: INTERCOM, Taubaté: UNITAU, 2003. p. 215-224.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Os Conceitos de Literatura e Literariedade*. _____. In: **Teoria da Literatura**. 8ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p. 1-42.

TEXTO VIVO. **Conceitos**. Disponível em: <<http://www.textovivo.com.br/conceitos.htm>>
Acessado em: 27 ago 2007

APÊNDICES

APÊNDICE A – Informações localizadas nos sites

	Instituição de Ensino	Disciplina	C. H. (h/a)	C. H. (h/s)	Modalidade	Período
1	Centro Universitário Fieo - UNIFIEO	Literatura	36	2	Obrigatória	3º
2	Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE	Jornalismo Literário	72		Obrigatória	4º
3	Centro Universitário Sant'Anna - UNISANT'ANNA	Jornalismo Narrativo	SI	SI	Obrigatória	4º ANO
4	Escola Superior de Estudos Empresariais e Informática - ESEEI	Técnicas de Redação Jornalística (Técnicas Literárias)	72	4	Obrigatória	SI
		Jornalismo Especializado (Livro-Reportagem)	72	4	Optativa	
5	Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP	Estudos Literários	80		Obrigatória	7º
6	Faculdade de Ciências Econômicas - Facamp	Leituras de Ficção 1	36	2	Obrigatória	2º
		Leituras de Ficção 2	36	2	Obrigatória	3º
		Leituras de Ficção 3	36	2	Obrigatória	4º
7	Faculdade de Comunicação Social de Hortolândia - FCSH	Jornalismo Literário	40		Obrigatória	7º
8	Faculdade de Comunicação Social de Passos - FACOMP	Jornalismo Literário	54		Obrigatória	7º
9	Faculdade do Norte Novo de Apucarana - FACNOPAR	Literatura e Jornalismo	68	4	Obrigatória	3º
10	Faculdade Jorge Amado - FJA	Jornalismo, Literatura e Gêneros Opinativos	80		Obrigatória	7º
11	Faculdade Metropolitana Londrinense - UMP	Jornalismo Literário	40		Obrigatória	6º
12	Faculdade Pitágoras de Administração Superior - FPAS	Humanidades IV: Literatura	50		Obrigatória	2º
13	Faculdade Sete de Setembro - FA7	Jornalismo Literário	40		Obrigatória	5º
14	Faculdade Sul Brasil - FASUL	Texto Literário em Comunicação	72		Obrigatória	6º
15	Faculdades Integradas Barros Melo - FIBAM	Jornalismo literário: livro reportagem	36		Obrigatória	4º
16	Faculdades Integradas Hélio Alonso - FACHA	Teoria Literária		2	Obrigatória	4º
17	Fiam-Faam - Centro Universitário - UniFIAM-FAAM	Produção de Livro Reportagem	40		Obrigatória	7º
		Projeto Experimental IV - "Livro Reportagem"	80		Obrigatória	8º

18	Instituto Blumenauense de Ensino Superior - IBES	Livro Reportagem	72	4	Obrigatória	6°
19	Instituto de Educação Superior Raimundo Sá - IESRSA	Jornalismo Investigativo e Livro Reportagem	72		Obrigatória	5°
20	Instituto de Ensino Superior e Pesquisa - INESP	Oficina de Jornalismo I – Redação e narrativa jornalística	72	4	Obrigatória	5°
		Literatura e Televisão	54	3	Optativa	
21	Pontifícia Universidade Católica de MG - PUC Minas	Comunicação e Literatura	SI	SI	Obrigatória	1°
22	Pontifícia Universidade Católica do RJ - PUCRJ	Comunicação e Literatura Brasileira		4	Obrigatória	4°
23	Universidade Católica de Goiás – UCG	Livro-Reportagem		4	Optativa	
24	Universidade Católica Dom Bosco - UCDB	Jornalismo Literário		2	Optativa	
25	Universidade de Brasília - UnB	Oficina Literária		4	Optativa	
26	Universidade de São Paulo - USP	Especialização em Jornalismo: Livro-Reportagem	90		Obrigatória	SI
27	Universidade de Taubaté - UNITAU	Produção e Edição de Revistas	68		Obrigatória	3° ANO
28	Universidade de Uberaba - UNIUBE	Livro Reportagem	60		Obrigatória	7°
29	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI	Redação Jornalística VI	60		Obrigatória	7°
30	Universidade Estadual de Londrina - UEL	Análise de Texto Literário	68		Obrigatória	2° ano
31	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Jornalismo Literário	75	3	Optativa	
32	Universidade Federal de Viçosa - UFV	Redação em Jornalismo IV	30	2	Obrigatória	7°
33	Universidade Federal do Sergipe - UFS	Literatura e Jornalismo no Brasil	60	4	Obrigatória	5°
34	Universidade Fumec - FUMEC	Construção do Texto Literário	72		Obrigatória	2°
35	Universidade Metodista de São Paulo - UMESP	Narrativas Jornalísticas	40	2	Obrigatória	SI
36	Universidade Paulista - UNIP	Livro Reportagem	SI	SI	Obrigatória	SI
37	Universidade Presbiteriana Mackenzie - MACKENZIE	Narrativas de Viagem	30	2	Optativa	
		<u>Panorama da Literatura Brasileira</u>	30	2	Optativa	
38	Universidade Tiradentes - UNIT	Jornalismo Literário	36	2	Obrigatória	7°
39	Universidade Tuiuti do Paraná - UTP	Textos Opinativos e Literários	36		Obrigatória	7°

CH – Carga Horária

h/a – Horas aulas totais

h/s – Horas aulas semanais

SI – Sem Informações disponíveis no site da instituição

APÊNDICE B – Questionário Aplicado

Prezado(a) Coordenador(a) do Curso de Comunicação Social - Jornalismo.

Meu nome é Ana Paula de Toledo, sou estudante de graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Viçosa. Seguindo algumas reflexões sobre a ausência do conteúdo em nossas escolas de Jornalismo, estamos desenvolvendo, para meu Trabalho de Conclusão de Curso o tema das grandes narrativas. Proponho como objetivo o mapeamento do espaço ocupado pelo Jornalismo Literário no Projeto Pedagógico e nas matrizes curriculares das escolas de Jornalismo no Brasil. E gostaria de pedir que o senhor(a) responda a um questionário com quatro questões sobre a presença do Jornalismo Literário na Instituição de Ensino Superior onde o(a) senhor(a) coordena o curso.

Obrigada.

Ana Paula de Toledo

Matrícula 50.464 - 8º período

anapauladetoledo@yahoo.com.br

(31) 3891-9202

(31)9233-9102

Ernane Correa Rabelo

Professor Curso de Comunicação Social/Jornalismo

Universidade Federal de Viçosa

ernanerabelo@ufv.br

Questionário

1.Existe, em sua Instituição de Ensino, alguma disciplina que aborde o Jornalismo Literário, mesmo que não possua este nome?

() SIM

() NÃO

2. Caso a resposta seja afirmativa,

2.1 Qual é o nome desta disciplina? _____

2.2 Qual é a carga horária? _____ h/semana

2.3 Em qual ano do curso é ofertada?

3. Caso a resposta seja negativa, existe alguma razão específica para o tema não ser incluído nessa Instituição de Ensino?

4. Existe, na Instituição de Ensino superior onde o senhor(a) é coordenador(a), algum grupo de estudos, projeto de extensão ou pesquisa relacionada ao Jornalismo Literário?

() SIM

() NÃO

5. Se Sim, qual(is) ?

OBS: O Jornalismo Literário é uma especialização do Jornalismo onde ocorre a prática da reportagem de profundidade e do ensaio jornalístico. Utiliza recursos de captação e redação provenientes da Literatura e suas principais características são imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos, digressão e humanização. Também pode ser conhecido como Literatura da Realidade, Literatura de Não-Ficção, Literatura Criativa de Não Ficção.

APÊNDICE C - Respostas aos questionários

	Instituição de Ensino	Disciplina	C. H (h/a)	C. H (h/s)	ANO	A. E.
1	Associação Educacional Luterano - Bom Jesus - Ielusc - BOM JESUS/IELUSC	Redação Jornalística V		4	4º	Não
2	Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN	Jornalismo Especializado	80		2º	Não
		Jornalismo Especializado	80		3º	
3	Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - Fae - UNIFAE	Não				Não
4	Centro Universitário de Maringá - Ceumar - CESUMAR	Não				Sim
5	Centro Universitário de União da Vitória - UNIUV	Redação Jornalística I		2	2º	Não
		Redação Jornalística II		2	2º	
		Redação Jornalística III		2	3º	
		Redação Jornalística IV		2	3º	
6	Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS-MG	Reportagem, Pesquisa e Entrevista Jornalística	80		1º	Não
		Redação em Jornalismo Impresso II	80		2º	
7	Centro Universitário do Triângulo - UNITRI	Não				Não
8	Centro Universitário Euro-Americano - UNIEURO	Jornalismo Econômico e Político		4	3º	Sim
9	Centro Universitário Franciscano - UNIFRA	Jornalismo Literário	34		NI	SIM
10	Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná - CEULJI/ULBRA	Teoria da Comunicação		8	1º	Não
		Pesquisa 1 – Teoria e Metodologia da Comunicação		8	1º	
		Redação 2 – Jornalismo Interpretativo		8	2º	
		TeleJornalismo 3 – Grande Reportagem		8	2º	
11	Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE	Jornalismo Literário	72		3º	Sim
		Jornalismo Investigativo	72		3º	
12	Faculdade Alves Faria - ALFA	Jornalismo Impresso III	144		2º	Não
13	Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE	Não				Não

14	Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina - FESSC	Não				Não
15	Faculdade Integrada do Ceará - FIC	Leitura e Produção de Textos II		4	1º	Não
		Leitura e Produção de Textos III		4	2º	
		Jornalismo Especializado		4	3º	
16	Faculdade Interamericana de Porto Velho - Uniron	Não				Não
17	Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER	Teoria do Jornalismo Impresso		4	2º	Não
18	Faculdade Maringá - CESPAP	Redação Jornalística		3	2º	Não
19	Faculdade Metropolitana Londrinense - UMP	Jornalismo literário	60		3º	Não
20	Faculdade Opet - FAO	Redação Jornalística I	144		2º	Não
		Redação Jornalística II	144		2º	
21	Faculdade São Francisco de Barreiras -FASB	Não				Não
22	Faculdade SEAMA - SEAMA	Jornalismo Especializado		4	3º	Não
23	Faculdade Sete de Setembro - FA7	Jornalismo e Literatura		2	3º	Não
24	Faculdade Sul-Americana - FASAM	Jornalismo Literário e Cultural	40		4º	Não
25	Faculdades Integradas Barros Melo - FIBAM	Jornalismo Literário: Livro-reportagem.		2	2º	Não
26	Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE	Teorias do Jornalismo		4	3º	Não
27	Faculdades Integradas do Brasil - UNIBRASIL	Redação Jornalística III	72		2º	Sim
		Seminários VI	36		3º	
28	Faculdades Integradas do Oeste de Minas - FADOM	Redação Jornalística II		4	2º	Não
29	Fiam-Faam - Centro Universitário - UniFIAM-FAAM	Produção de Livro Reportagem	40		4º	Não
		Projeto Experimental em Livro Reportagem	80		4º	
30	Instituto Blumenauense de Ensino Superior - IBES	Livro-Reportagem		4	3º	Não
31	Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi - IMESB	Técnicas de Redação para Meios Impressos		4	2º	Não
		Jornalismo Especializado		4	3º	
32	Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas	Jornalismo Literário		2	4º	Não
33	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Jornalismo Especializado		4	4º	Sim

34	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS	Jornalismo e Literatura		2	4°	Não
35	Universidade Cândido Mendes - UCAM	NI		3	NI	Não
36	Universidade Católica Dom Bosco - UCDB	Livro Reportagem		2	3°	Sim
		Jornalismo Literário (Optativa)		2		
37	Universidade Cidade de São Paulo - UNICID	Laboratório de Produção Textual – Gênero Jornalístico		8	2°	Sim
38	Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL	Linguagem		2	3°	Não
		Redação Jornalística I		2	3°	
		Redação Jornalística II		2	4°	
		Redação Jornalística III		2	4°	
39	Universidade de Caxias do Sul - UCS	Redação Jornalística II		4	3°	Sim
40	Universidade de Cuiabá - UNIC	Técnicas e Gêneros Jornalísticos I		6	1°	Não
		Técnicas e Gêneros Jornalísticos II		6	2°	
		Jornalismo Impresso Aplicado		6	3°	
41	Universidade de Franca - UNIFRAN	Tópicos Especiais em Jornalismo		2	2°	Sim
42	Universidade de Mogi das Cruzes - UMC	Não				Não
43	Universidade de Passo Fundo - UPF	Redação Jornalística I		2	1°	Não
		Redação Jornalística II		4	1°	
44	Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC	Jornalismo Impresso II		4	NI	Não
		Jornalismo de Revista		4	NI	
		Técnica de Reportagem		4	NI	
45	Universidade do Contestado - UnC	Impresso II		4	3°	Não
		Impresso III		4	3°	
46	Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT	Não				Não
47	Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE	Língua Portuguesa VI		4	3°	Sim
		Língua Portuguesa VII		4	4°	
48	Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP	Projeto em Jornalismo III – Oficinas de Redação		3	3°	Não
49	Universidade Estácio de Sá - UNESA	Jornalismo Especializado	60		4°	Não

50	Universidade Estácio de Sá - UNESA	Jornalismo Especializado	66		NI	Não
51	Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	Redação Jornalística IV		4	4°	Não
52	Universidade Federal de Goiás - UFG	Produção de Texto Jornalístico II	64		NI	Não
		Jornal Impresso I	64		NI	
53	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Redação Jornalística IV	60		4°	Não
54	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Redação VII		4	4°	Sim
		Jornalismo Cultural e Literário (optativa)		4		
55	Universidade Federal do Acre - UFAC	Não				Sim
56	Universidade Federal do Ceará - UFC	Jornalismo Impresso II		4	3°	Não
		Jornalismo de Cidade (optativa)		4		
57	Universidade Guarulhos - UNG	Não				Não
58	Universidade Metodista de São Paulo - UMESP	Narrativas Jornalísticas	40		1°	Não
		Reportagem Especial para Revista	80		3°	
59	Universidade Paranaense - UNIPAR	Jornalismo Especializado		2	4°	Não
60	Universidade Potiguar - UnP	Grandes Reportagens		3	3°	Não
61	Universidade Presbiteriana Mackenzie - MACKENZIE	Criação de Texto III – Jornalismo Literário		4	4°	Sim
62	Universidade Santa Cecília - UNISANTA	Estudos da Linguagem		4	3°	Sim
		Revista		4	3°	
63	Universidade São Judas Tadeu - USJT	Processos de Captação e Edição em Jornalismo		4	2°	Não
64	Universidade Tiradentes - UNIT	Jornalismo Literário		2	4°	Não
65	Universidade Tuiuti do Paraná - UTP	Textos Opinativos e Literários	72		4°	Sim

CH – Carga Horária

h/a – Horas aulas totais

h/s – Horas aulas semanais

NI – Não Informado

AE – Atividades Extracurriculares

ANEXOS

ANEXO A

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO IV

Da Educação Superior

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

§ 1º. Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.

§ 2º. No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º. As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º. Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º. É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º. As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º. Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º. Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pósgraduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências ex officio dar-se-ão na forma da lei.

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II - ampliação e diminuição de vagas;

III - elaboração da programação dos cursos;

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V - contratação e dispensa de professores;

VI - planos de carreira docente.

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.

§ 1º. No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º. Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.

ANEXO B

PARECER CNE/CES 492/2001 - HOMOLOGADO

Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro Jose Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

DIRETRIZES CURRICULARES A ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E SUAS HABILITAÇÕES

Introdução

Estas Diretrizes Curriculares da Área da Comunicação foram elaboradas procurando atender a dois objetivos fundamentais:

- a) **flexibilizar** a estruturação dos cursos, tanto para atender a variedades de circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas, como para ajustar-se ao dinamismo da área, e para viabilizar o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes;
- b) **estabelecer** orientações para a obtenção de padrão de qualidade na formação oferecida.

O presente texto estabelece um padrão básico de referência para todas as instituições que mantenham Cursos de Graduação em Comunicação com habilitações em Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Cinema, Radialismo, Editoração, ou outras habilitações pertinentes ao campo da Comunicação que venham a ser criadas.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

PERFIL COMUM

O perfil comum do egresso corresponde a um objetivo de formação geral que deve ser atendido por todos os Cursos da área e em todas as habilitações de Comunicação, qualquer

que seja sua ênfase ou especificidade. Trata-se de base que garanta a identidade do Curso como de Comunicação.

O egresso de Curso de Graduação em Comunicação, em qualquer de suas habilitações, caracteriza-se por:

1. sua capacidade de criação, produção, distribuição, recepção, e análise crítica referentes às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas, e a suas inserções culturais, políticas e econômicas;
2. sua habilidade em refletir a variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais na área, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo;
3. sua visão integradora e horizontalizada - genérica e ao mesmo tempo especializada de seu campo de trabalho possibilitando o entendimento da dinâmica das diversas modalidades comunicacionais e das suas relações com os processos sociais que as originam e que destas decorrem.
4. utilizar criticamente o instrumental teórico-prático oferecido em seu curso, sendo portanto competente para posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício do poder na comunicação, sobre os constrangimentos a que a comunicação pode ser submetida, sobre as repercussões sociais que enseja e ainda sobre as necessidades da sociedade contemporânea em relação à comunicação social.

PERFIS ESPECÍFICOS

Os perfis específicos resultam das habilitações diferenciadas do campo da Comunicação, que se caracteriza por uma abrangência sobre diferentes meios, linguagens e práticas profissionais e de pesquisa e, na atualidade, por envolver um acelerado dinamismo social e tecnológico.

Para assegurar o desenvolvimento histórico desta área de formação, estudos e exercício profissional, serão desenvolvidas habilitações com uma variedade de perfis específicos. Estas habilitações, definidoras dos perfis específicos, se organizam conforme as seguintes premissas:

- a) é mantida a referência básica às habilitações historicamente estabelecidas: Jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, radialismo, editoração, e cinema (assim como à sua denominação alternativa, cinema e vídeo);
- b) podem ser criadas ênfases específicas em cada uma destas habilitações, que serão então referidas pela denominação básica, acrescida de denominação complementar que caracterize a ênfase adotada;
- c) podem ser criadas novas habilitações pertinentes ao campo da Comunicação.

As habilitações referidas nos itens "b" e "c" acima serão reconhecidas como pertinentes ao campo da Comunicação na medida em que contemplem:

- a dimensão e a complexidade temática e de objeto de estudo;
- a existência de vinculações profissionais e conceituais com o campo da Comunicação;
- a delimitação de uma habilitação específica, que comporte linguagem e práticas profissionais próprias.

PERFIS ESPECÍFICOS POR HABILITAÇÃO

Para as habilitações já estabelecidas, além do perfil comum relacionado no item anterior, devem se objetivar os perfis a seguir explicitados:

Jornalismo

O perfil do egresso em Jornalismo se caracteriza:

1. pela produção de informações relacionadas a fatos, circunstâncias e contextos do momento presente;
2. pelo exercício da objetividade na apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais;
3. pelo exercício da tradução e disseminação de informações de modo a qualificar o senso comum;
4. pelo exercício de relações com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais o Jornalismo faz interface.

2. Competência e Habilidades

Assim como os perfis dos egressos, organizados em uma parte geral comum e uma parte específica por habilitação, as competências e habilidades também comportam dois níveis, um geral para todas as profissões e formações do campo da Comunicação e um especializado por habilitação.

A) Gerais

As competências e habilidades gerais para os diferentes perfis são as seguintes:

1. assimilar criticamente conceitos que permitam a apreensão de teorias;
2. usar tais conceitos e teorias em análises críticas da realidade;
3. posicionar-se de modo ético-político;
4. dominar as linguagens habitualmente usadas nos processos de comunicação, nas dimensões de criação, de produção, de interpretação e da técnica;
5. experimentar e inovar no uso destas linguagens;
6. refletir criticamente sobre as práticas profissionais no campo da Comunicação;
7. ter competência no uso da língua nacional para escrita e interpretação de textos gerais e especializados na área.

B) Específicas por Habilitação

Além das competências e habilidades gerais acima referidas, há que se promover o desenvolvimento de competências específicas.

Jornalismo

- registrar fatos jornalísticos, apurando, interpretando, editando e transformando-os em notícias e reportagens;
- interpretar, explicar e contextualizar informações;
- investigar informações, produzir textos e mensagens jornalísticas com clareza e correção e editá-los em espaço e período de tempo limitados;
- formular pautas e planejar coberturas jornalísticas;
- formular questões e conduzir entrevistas;
- relacionar-se com fontes de informação de qualquer natureza;
- trabalhar em equipe com profissionais da área;
- compreender e saber sistematizar e organizar os processos de produção jornalística;
- desenvolver, planejar, propor, executar e avaliar projetos na área de comunicação jornalística;
- avaliar criticamente produtos, práticas e empreendimentos jornalísticos;
- compreender os processos envolvidos na recepção de mensagens jornalísticas e seus impactos sobre os diversos setores da sociedade;
- buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a cidadania;
- dominar a língua nacional e as estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo-se leitura, compreensão, interpretação e redação;
- dominar a linguagem jornalística apropriada aos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação;

3. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares são diferenciados em Conteúdos Básicos e Conteúdos Específicos. Os conteúdos básicos são aqueles relacionados tanto à parte comum do curso quanto às diferentes habilitações. Os conteúdos específicos são aqueles que cada instituição, livremente, deve eleger para organizar seu currículo pleno, tendo como referência os objetivos e os perfis comum e específicos anteriormente definidos.

a. Conteúdos Básicos

Os conteúdos básicos são caracterizadores da formação geral da área, devendo atravessar a formação dos graduandos de todas as habilitações. Envolvem tanto conhecimentos teóricos como práticos, reflexões e aplicações relacionadas ao campo da Comunicação e à área configurada pela habilitação específica. Estes conhecimentos são assim categorizados:

conteúdos teórico-conceituais; conteúdos analíticos e informativos sobre a atualidade; conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas, conteúdos ético-políticos.

b. Conteúdos Específicos

Os conteúdos específicos serão definidos pelo colegiado do curso, tanto para favorecer reflexões e práticas no campo geral da Comunicação, como para incentivar reflexões e práticas da habilitação específica.

Cada habilitação correspondendo a recortes dentro do campo geral da Comunicação, organiza conhecimentos e práticas profissionais, aborda questões teóricas, elabora críticas, discute a atualidade e desenvolve práticas sobre linguagens e estruturas.

4. *Estágios e Atividades Complementares*

O Estágio orientado por objetivos de formação refere-se a estudos e práticas supervisionados em atividades externas à unidade de oferecimento do Curso. As atividades complementares realizadas sob a supervisão de um docente buscam promover o relacionamento do estudante com a realidade social, econômica e cultural, e de iniciação à pesquisa e ao ensino.

Tais tipos de ação pedagógica caracterizam mecanismos de interação com o mundo do trabalho, assim como o confronto com possibilidades metodológicas visando a promoção de uma formação complexa.

Assim, além das disciplinas típicas e tradicionais da sala de aula e de práticas ditas laboratoriais, segundo o padrão de turma/docente/horas-aula semanais, podem ser previstas Atividades Complementares, com atribuição de créditos ou computação de horas para efeito de integralização do total previsto para o Curso, tais como:

- programas especiais de capacitação do estudante (tipo CAPES/PET);
- atividades de monitoria;
- outras atividades laboratoriais além das já previstas no padrão turma/horas-aula;
- atividades de extensão;
- atividades de pesquisa etc.

O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo. Esta flexibilidade horária semanal deverá permitir a:

- a) adoção de um sistema de creditação de horas baseada em decisões específicas para cada caso, projeto ou atividade específica, e em função do trabalho desenvolvido;
- b) ênfase em procedimentos de orientação e/ou supervisão pelo docente;
- c) ampliação da autonomia do estudante para organizar seus horários, objetivos e direcionamento.

O número máximo de horas dedicadas a este tipo de atividades não pode ultrapassar 20% do total do curso, não incluídas nesta porcentagem de 20% as horas dedicadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (ou Projetos Experimentais).

5. Estrutura do Curso

O curso de Comunicação Social pode ser oferecido por créditos, havendo, no entanto, atenção para uma seqüência equilibrada de conteúdos curriculares e acompanhamento planejado da formação.

Na oferta seriada importa considerar, além de uma seqüência harmônica e lógica, a flexibilidade de caminhos alternativos.

Na organização modular, deverá ser esclarecido o seu modo de inserção na estrutura geral do curso.

6. Acompanhamento e Avaliação

A avaliação é periódica e se realiza em articulação com o Projeto Acadêmico do curso sob três ângulos:

- a) pertinência da estrutura do Curso, observando o fundamento de suas propostas e a adequação dos meios postos em ação para realizá-las;
- b) aplicação dos critérios definidos pelo colegiado de curso, para a sua avaliação;
- c) mecanismos de acompanhamento e avaliação externa e interna do próprio curso.